

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	8
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	19
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	20
Demonstração do Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	98
---	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	99
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	100
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	101

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2012</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	95.061
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>95.061</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	16/04/2012	Dividendo	16/05/2012	Ordinária		1,65556

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
1	Ativo Total	1.872.843	2.068.662
1.01	Ativo Circulante	13.658	69.480
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.762	44
1.01.02	Aplicações Financeiras	7.565	5.041
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	7.565	5.041
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	7.565	5.041
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.322	5.321
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.322	5.321
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	2.322	5.321
1.01.07	Despesas Antecipadas	8	1
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1	59.073
1.01.08.03	Outros	1	59.073
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	0	59.073
1.01.08.03.03	Outros Créditos	1	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.859.185	1.999.182
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	14.086	17.073
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	14.086	17.073
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	14.086	17.073
1.02.02	Investimentos	1.122.675	1.236.712
1.02.02.01	Participações Societárias	1.122.675	1.236.712
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.122.675	1.236.712
1.02.03	Imobilizado	95	95
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	95	95
1.02.04	Intangível	722.329	745.302
1.02.04.01	Intangíveis	722.329	745.302
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	722.329	745.302

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2	Passivo Total	1.872.843	2.068.662
2.01	Passivo Circulante	2.159	24.951
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4	0
2.01.02	Fornecedores	20	20
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	20	20
2.01.03	Obrigações Fiscais	13	5.116
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	13	5.116
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	6	0
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	7	5.116
2.01.05	Outras Obrigações	2.122	19.815
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	536	536
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	0	536
2.01.05.02	Outros	1.586	19.279
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.135	18.829
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	451	450
2.02	Passivo Não Circulante	15.032	12.393
2.02.03	Tributos Diferidos	946	777
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	946	777
2.02.04	Provisões	14.086	11.616
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	14.086	11.616
2.02.04.01.05	Provisões para Litígios e Contingências	14.086	11.616
2.03	Patrimônio Líquido	1.855.652	2.031.318
2.03.01	Capital Social Realizado	1.387.982	1.387.982
2.03.01.01	Capital Social	958.782	958.782
2.03.01.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	429.200	429.200
2.03.04	Reservas de Lucros	230.750	388.130
2.03.04.01	Reserva Legal	93.984	93.984
2.03.04.02	Reserva Estatutária	136.766	136.766
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	157.380
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	14.879	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	222.041	255.206

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011</b>
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-270	-1.303	-1.014	-1.235
3.02.07	Pessoal e Administradores	-58	-108	0	0
3.02.09	Serviços de Terceiros	-252	-255	-128	-128
3.02.17	Outras Receitas e Custos	40	-940	-886	-1.107
3.03	Resultado Bruto	-270	-1.303	-1.014	-1.235
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.851	17.797	51.489	127.877
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-11.487	-22.973	-11.487	-22.973
3.04.05.01	Amortização de Intangível de Concessão	-11.487	-22.973	-11.487	-22.973
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.636	40.770	62.976	150.850
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-5.121	16.494	50.475	126.642
3.06	Resultado Financeiro	1.209	1.338	304	401
3.06.01	Receitas Financeiras	1.447	1.840	573	894
3.06.02	Despesas Financeiras	-238	-502	-269	-493
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-238	-502	-269	-493
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-3.912	17.832	50.779	127.043
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-87	-175	-81	-157
3.08.01	Corrente	-6	-6	0	0
3.08.02	Diferido	-81	-169	-81	-157
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-3.999	17.657	50.698	126.886
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	11.955	19.736
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	0	11.955	19.736
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-3.999	17.657	62.653	146.622
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,04207	0,18574	0,65908	1,54240
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,04207	0,18574	0,65908	1,54240

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-3.999	17.657	62.653	146.622
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-5.153	-35.943	104	4.538
4.02.01	Atualização do Ativo Financeiro de Concessão	-7.807	-54.460	158	6.874
4.02.02	Efeito de Imposto de Renda e Contribuição Social	2.654	18.517	-54	-2.336
4.03	Resultado Abrangente do Período	-9.152	-18.286	62.757	151.160

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	181.130	267.746
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	177.713	267.232
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	17.657	146.622
6.01.01.03	Amortização do Intangível de Concessão	22.973	22.973
6.01.01.05	Variação Monetária e Cambial, Líquidas	0	-473
6.01.01.10	Receita Aplicação Financeira em Investimento de Curto Prazo	-252	-310
6.01.01.13	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	169	157
6.01.01.15	Dividendos e JCP Recebidos	177.936	268.849
6.01.01.16	Resultado de Equivalência Patrimonial	-40.770	-150.850
6.01.01.19	Resultado de Operações Descontinuadas	0	-19.736
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.417	514
6.01.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	2.961	3.730
6.01.02.06	Outros Tributos Compensáveis	0	2
6.01.02.07	Despesas Pagas Antecipadamente	-7	12
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4	0
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	6	0
6.01.02.12	Outros Tributos a Pagar	0	-3.444
6.01.02.13	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	453	201
6.01.02.19	Outras Obrigações	0	13
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	797	-13.393
6.02.03	Aplicações em Investimento de Curto Prazo	-11.223	-132.500
6.02.04	Resgates de Investimento de Curto Prazo	8.536	123.013
6.02.05	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	3.484	-3.906
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-178.209	-254.338
6.03.02	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	-175.073	-254.338
6.03.03	Imposto de Renda sobre JCP	-3.136	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.718	15
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	44	20
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.762	35

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	958.782	429.200	388.130	0	255.206	2.031.318
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	958.782	429.200	388.130	0	255.206	2.031.318
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-157.380	0	0	-157.380
5.04.09	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-157.380	0	0	-157.380
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	17.657	-35.943	-18.286
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	17.657	0	17.657
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-35.943	-35.943
5.05.02.06	Atualização do Ativo Financeiro de Concessão de Controlada	0	0	0	0	-54.460	-54.460
5.05.02.07	Tributos sobre a Atualização do Ativo Financeiro de Concessão de Controlada	0	0	0	0	18.517	18.517
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-2.778	2.778	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	-4.210	4.210	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	1.432	-1.432	0
5.07	Saldos Finais	958.782	429.200	230.750	14.879	222.041	1.855.652

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.058.420	429.200	303.430	0	273.213	2.064.263
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.058.420	429.200	303.430	0	273.213	2.064.263
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-232.609	0	0	-232.609
5.04.09	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-232.609	0	0	-232.609
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	146.622	4.538	151.160
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	146.622	0	146.622
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4.538	4.538
5.05.02.06	Atualização do Ativo Financeiro de Concessão de Controlada	0	0	0	0	6.874	6.874
5.05.02.07	Tributos sobre a Atualização do Ativo Financeiro de Concessão	0	0	0	0	-2.336	-2.336
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	11.999	-11.999	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	18.179	-18.179	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-6.180	6.180	0
5.07	Saldos Finais	1.058.420	429.200	70.821	158.621	265.752	1.982.814

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011</b>
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.190	-1.233
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-255	-128
7.02.04	Outros	-935	-1.105
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-935	-1.105
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.190	-1.233
7.04	Retenções	-22.973	-22.973
7.04.02	Outras	-22.973	-22.973
7.04.02.01	Amortização de intangível de concessão	-22.973	-22.973
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-24.163	-24.206
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	42.610	171.480
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	40.770	150.850
7.06.02	Receitas Financeiras	1.840	894
7.06.03	Outros	0	19.736
7.06.03.01	Resultado de Operações Descontinuadas	0	19.736
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	18.447	147.274
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	18.447	147.274
7.08.01	Pessoal	90	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	90	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	198	159
7.08.02.01	Federais	193	157
7.08.02.03	Municipais	5	2
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	502	493
7.08.03.01	Juros	502	493
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	17.657	146.622
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	17.657	146.622

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
1	Ativo Total	11.407.239	11.538.858
1.01	Ativo Circulante	3.149.633	3.117.212
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	82.083	162.995
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.012.024	1.232.561
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.012.024	1.232.561
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.012.024	1.232.561
1.01.03	Contas a Receber	1.470.391	1.423.334
1.01.03.01	Clientes	1.470.391	1.423.334
1.01.03.01.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	1.561.789	1.520.600
1.01.03.01.02	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-384.887	-354.784
1.01.03.01.03	Contas a Receber - Acordos	293.489	257.518
1.01.04	Estoques	62.850	52.553
1.01.04.01	Almoxarifado	62.850	52.553
1.01.06	Tributos a Recuperar	338.049	137.572
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	338.049	137.572
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	245.174	53.347
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	92.875	84.225
1.01.07	Despesas Antecipadas	34.275	775
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	149.961	107.422
1.01.08.03	Outros	149.961	107.422
1.01.08.03.02	Devedores Diversos	9.750	1.669
1.01.08.03.03	Outros Créditos	140.211	105.753
1.02	Ativo Não Circulante	8.257.606	8.421.646
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.817.273	1.783.971
1.02.01.03	Contas a Receber	85.642	94.780
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	85.642	94.780
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.731.631	1.689.191
1.02.01.09.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-47.728	-53.969
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	511.491	493.064
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	110.078	104.010
1.02.01.09.08	Ativo Financeiro de Concessão	1.034.935	1.041.813
1.02.01.09.09	Outros Créditos	122.855	104.273
1.02.02	Investimentos	9.500	9.500
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	9.500	9.500
1.02.03	Imobilizado	7.551	9.559
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	95	95
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	7.456	9.464
1.02.04	Intangível	6.423.282	6.618.616
1.02.04.01	Intangíveis	6.423.282	6.618.616
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	6.423.282	6.618.616

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2	Passivo Total	11.407.239	11.538.858
2.01	Passivo Circulante	2.334.056	2.616.738
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.170	3.131
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.170	3.131
2.01.02	Fornecedores	1.123.605	1.063.104
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.123.605	1.063.104
2.01.03	Obrigações Fiscais	336.857	459.385
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	72.361	100.977
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.292	4.398
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	70.069	96.579
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	263.493	357.342
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	262.984	357.342
2.01.03.02.02	ICMS sobre Perdas Comerciais	509	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.003	1.066
2.01.03.03.01	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.003	1.066
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	351.075	340.158
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	85.815	88.872
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	85.784	88.843
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	31	29
2.01.04.02	Debêntures	258.645	243.309
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	6.615	7.977
2.01.05	Outras Obrigações	411.200	582.256
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	536	536
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	536	536
2.01.05.02	Outros	410.664	581.720
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	22.956	170.829
2.01.05.02.04	Subvenções Governamentais	214	0
2.01.05.02.05	Obrigações Estimadas	95.994	95.842
2.01.05.02.06	Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher	104.734	102.078
2.01.05.02.07	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	34.254	40.727
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	152.512	172.244
2.01.06	Provisões	110.149	168.704
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	110.149	168.704
2.01.06.01.05	Provisões para Litígios e Contingências	110.149	168.704
2.02	Passivo Não Circulante	4.698.270	4.117.803
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.688.876	2.155.827
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	672.078	715.012
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	672.063	714.984
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	15	28
2.02.01.02	Debêntures	2.014.663	1.436.739
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	2.135	4.076
2.02.02	Outras Obrigações	1.429.336	1.476.295
2.02.02.02	Outros	1.429.336	1.476.295
2.02.02.02.05	Subvenções Governamentais	1.426	0
2.02.02.02.07	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	1.186.801	1.230.546
2.02.02.02.08	Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher	26.951	27.088

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2.02.02.02.09	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	55.904	76.702
2.02.02.02.10	Obrigações Estimadas	19.769	20.438
2.02.02.02.11	Reserva de Reversão	66.085	66.085
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	72.400	55.436
2.02.03	Tributos Diferidos	185.082	151.955
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	185.082	151.955
2.02.04	Provisões	394.976	333.726
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	394.976	333.726
2.02.04.01.05	Provisões para Litígios e Contingências	394.976	333.726
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.374.913	4.804.317
2.03.01	Capital Social Realizado	1.387.982	1.387.982
2.03.01.01	Capital Social	958.782	958.782
2.03.01.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	429.200	429.200
2.03.04	Reservas de Lucros	230.750	388.130
2.03.04.01	Reserva Legal	93.984	93.984
2.03.04.02	Reserva Estatutária	136.766	136.766
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	157.380
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	14.879	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	222.041	255.206
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.519.261	2.772.999

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.451.531	4.924.004	2.390.935	4.814.390
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.327.919	-4.608.054	-1.993.259	-3.993.008
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-1.267.502	-2.424.943	-1.022.779	-2.048.550
3.02.02	Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa	-52.910	-106.337	-39.448	-96.179
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-331.027	-655.459	-278.858	-555.054
3.02.04	Taxa de Fiscalização	-6.093	-12.187	-5.349	-10.697
3.02.07	Pessoal e Administradores	-149.246	-288.955	-127.020	-249.807
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-40.520	-85.375	-28.387	-56.768
3.02.09	Serviços de Terceiros	-114.084	-232.472	-110.131	-224.771
3.02.10	Material	-12.686	-26.739	-12.957	-24.732
3.02.11	Custo de Construção	-165.558	-351.876	-160.345	-323.899
3.02.12	Provisão/Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	-8.495	-23.876	-11.758	-19.056
3.02.13	Provisão para Litígios e Contingências	24.102	19.714	-13.156	-26.044
3.02.16	Depreciação e Amortização	-119.604	-244.468	-126.563	-251.702
3.02.17	Outras Receitas e Custos	-84.296	-175.081	-56.508	-105.749
3.03	Resultado Bruto	123.612	315.950	397.676	821.382
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11.487	-22.973	-11.487	-22.973
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-11.487	-22.973	-11.487	-22.973
3.04.05.01	Amortização de Intangível de Concessão	-11.487	-22.973	-11.487	-22.973
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	112.125	292.977	386.189	798.409
3.06	Resultado Financeiro	-40.060	-67.244	-25.424	-27.003
3.06.01	Receitas Financeiras	60.864	131.685	66.823	138.992
3.06.02	Despesas Financeiras	-100.924	-198.929	-92.247	-165.995
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-106.246	-226.398	-114.942	-219.318
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	5.322	27.469	22.695	53.323
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	72.065	225.733	360.765	771.406
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-36.964	-92.893	-133.770	-274.207
3.08.01	Corrente	93.607	25	-118.045	-228.826

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011</b>
3.08.02	Diferido	-130.571	-92.918	-15.725	-45.381
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	35.101	132.840	226.995	497.199
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	11.955	19.736
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	0	11.955	19.736
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	35.101	132.840	238.950	516.935
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-3.999	17.657	62.653	146.622
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	39.100	115.183	176.297	370.313
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,04207	0,18574	0,65908	1,54240
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,04207	0,18574	0,65908	1,54240

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	35.101	132.840	238.950	516.935
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-16.636	-116.060	336	14.649
4.02.01	Atualização do Ativo Financeiro de Concessão	-25.206	-175.849	509	22.195
4.02.02	Efeito de Imposto de Renda e Contribuição Social	8.570	59.789	-173	-7.546
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	18.465	16.780	239.286	531.584
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-9.151	-18.286	62.758	151.160
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	27.616	35.066	176.528	380.424

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	203.135	789.376
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	812.531	1.105.319
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	17.657	146.622
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	244.468	257.757
6.01.01.03	Amortização do Intangível de Concessão	22.973	22.973
6.01.01.05	Variação Monetária e Cambial, Líquidas	-10.233	-8.607
6.01.01.06	Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	23.876	18.902
6.01.01.07	Provisão (Reversão) de Litígios e Contingências	61.930	62.574
6.01.01.08	Custo de Empréstimos (Encargos de Dívidas)	165.806	173.666
6.01.01.09	Fundo de pensão/Plano de Assistência - Deliberação CVM 600	84.088	56.497
6.01.01.10	Receita Aplicação Financeira em Investimento de Curto Prazo	-71.102	-68.898
6.01.01.11	Baixa de Ativo Financeiro, Intangível de Concessão e Imobilizado	53.619	11.132
6.01.01.13	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	92.917	45.781
6.01.01.14	Ações e Opções de Ações Outorgadas	443	490
6.01.01.16	Participação de Acionistas não Controladores	115.183	370.312
6.01.01.19	Perdas em Investimentos	10.906	16.118
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-609.396	-315.943
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-41.201	-57.574
6.01.02.02	Contas a Receber - Acordos	-26.833	-17.943
6.01.02.03	Serviços Prestados e Devedores Diversos	-8.081	-11.637
6.01.02.04	Almoxarifado	-10.297	-630
6.01.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	-193.974	-213.481
6.01.02.06	Outros Tributos Compensáveis	-14.718	-7.392
6.01.02.07	Despesas Pagas Antecipadamente	-33.500	-12.999
6.01.02.08	Outros Créditos	-44.787	-8.653
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-1.962	-1.188
6.01.02.10	Fornecedores	60.501	-98.323
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	-2.106	236.744
6.01.02.12	Outros Tributos a Pagar	-106.667	38.030
6.01.02.13	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	77.964	66.084
6.01.02.14	Juros Pagos (Encargos de Dívidas)	-169.582	-164.896
6.01.02.15	Obrigações Estimadas	-516	3.563
6.01.02.16	Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher	2.519	22.551
6.01.02.17	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	-31.679	-18.555
6.01.02.18	Pagamento de Litígios e Contingências	-61.706	-38.876
6.01.02.19	Outras Obrigações	-2.771	-30.768
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-87.187	312.464
6.02.01	Adições de Ativo Imobilizado e Intangível	-388.359	-345.870
6.02.02	Consumidores - Participação Financeira	96.041	17.040
6.02.03	Aplicações em Investimento de Curto Prazo	-4.057.829	-1.917.753
6.02.04	Resgates de Investimento de Curto Prazo	4.265.396	2.552.563
6.02.05	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	-2.436	6.484
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-196.860	-1.082.496

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011</b>
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos e Debêntures	607.876	0
6.03.02	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	-605.404	-892.392
6.03.03	Imposto de Renda sobre JCP	-11.781	-9.877
6.03.04	Amortização de Principal de Empréstimos	-50.464	-50.389
6.03.05	Custos de Empréstimos (Diferimento)	-4.728	0
6.03.06	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-127.833	-125.820
6.03.07	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-4.526	-4.018
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-80.912	19.344
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	162.995	302.262
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	82.083	321.606

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	958.782	429.200	388.130	0	255.206	2.031.318	2.772.999	4.804.317
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	958.782	429.200	388.130	0	255.206	2.031.318	2.772.999	4.804.317
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-157.380	0	0	-157.380	-288.804	-446.184
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	0	0	0	0	443	443
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-289.247	-289.247
5.04.09	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-157.380	0	0	-157.380	0	-157.380
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	17.657	-35.943	-18.286	35.066	16.780
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	17.657	0	17.657	115.183	132.840
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-35.943	-35.943	-80.117	-116.060
5.05.02.06	Atualização do Ativo Financeiro de Concessão de Controlada	0	0	0	0	-54.460	-54.460	-121.389	-175.849
5.05.02.07	Tributos sobre a Atualização do Ativo Financeiro de Concessão de Controlada	0	0	0	0	18.517	18.517	41.272	59.789
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-2.778	2.778	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	-4.210	4.210	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	1.432	-1.432	0	0	0
5.07	Saldos Finais	958.782	429.200	230.750	14.879	222.041	1.855.652	2.519.261	4.374.913

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.058.420	429.200	303.430	0	273.213	2.064.263	2.585.300	4.649.563
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.058.420	429.200	303.430	0	273.213	2.064.263	2.585.300	4.649.563
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-232.609	0	0	-232.609	490	490
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	0	0	0	0	490	490
5.04.09	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-232.609	0	0	-232.609	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	146.622	4.538	151.160	380.424	531.584
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	146.622	0	146.622	370.313	516.935
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4.538	4.538	10.111	14.649
5.05.02.06	Atualização do Ativo Financeiro de Concessão de Controlada	0	0	0	0	6.874	6.874	15.321	22.195
5.05.02.07	Tributos sobre a Atualização do Ativo Financeiro de Concessão de Controlada	0	0	0	0	-2.336	-2.336	-5.210	-7.546
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	11.999	-11.999	0	-582.348	-814.957
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	18.179	-18.179	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-6.180	6.180	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.058.420	429.200	70.821	158.621	265.752	1.982.814	2.383.866	4.366.680

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011</b>
7.01	Receitas	7.648.568	7.446.751
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.267.191	7.074.371
7.01.02	Outras Receitas	53.377	67.537
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	351.876	323.899
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-23.876	-19.056
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.212.791	-3.660.599
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.463.643	-2.971.642
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-263.043	-252.532
7.02.04	Outros	-486.105	-436.425
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-134.229	-112.526
7.02.04.02	Construção de Ativos Próprios	-351.876	-323.899
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.435.777	3.786.152
7.04	Retenções	-267.441	-274.675
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-244.468	-251.702
7.04.02	Outras	-22.973	-22.973
7.04.02.01	Amortização de Intangível de Concessão	-22.973	-22.973
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.168.336	3.511.477
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	131.685	158.728
7.06.02	Receitas Financeiras	131.685	138.992
7.06.03	Outros	0	19.736
7.06.03.01	Resultado de Operações Descontinuadas	0	19.736
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.300.021	3.670.205
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.300.021	3.670.205
7.08.01	Pessoal	331.012	264.415
7.08.01.01	Remuneração Direta	194.931	155.346
7.08.01.02	Benefícios	122.433	96.662
7.08.01.03	F.G.T.S.	14.252	12.407
7.08.01.04	Outros	-604	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.630.922	2.716.962
7.08.02.01	Federais	1.204.628	1.336.067
7.08.02.02	Estaduais	1.412.154	1.367.370
7.08.02.03	Municipais	14.140	13.525
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	205.247	171.893
7.08.03.01	Juros	198.929	165.995
7.08.03.02	Aluguéis	6.318	5.898
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	132.840	516.935
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	17.657	146.622
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	115.183	370.313

## Comentário do Desempenho

### Comentário de desempenho - Aes Elpa – 1º semestre 2012

*Em milhares de reais*

	1S12	1S11	VARIAÇÃO (%)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.924.004	4.814.390	2,3%
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(4.608.054)	(3.993.008)	15,4%
RESULTADO DO SERVIÇO	315.950	821.382	-61,5%
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(22.973)	(22.973)	0,0%
RESULTADO FINANCEIRO	(67.244)	(27.003)	149,0%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	225.733	771.406	-70,7%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(92.893)	(274.207)	-66,1%
RESULTADO LÍQUIDO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	-	19.736	-100,0%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	132.840	516.935	-74,3%

A principal fonte de receita da companhia provém da controlada AES Eletropaulo, a qual está autorizada a operar como distribuidora de energia elétrica, em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Com a alienação do investimento na AES Communications Rio de Janeiro S.A. (“AES ComRio”), e de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada o resultado da controlada AES ComRio foi reclassificado para operações descontinuadas tanto no resultado da controladora quanto no consolidado para o primeiro semestre de 2011.

No primeiro semestre de 2012, o lucro líquido consolidado, apresentou um decréscimo de 74,3%, ou R\$ 384.095, em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 516.935 em 30.06.2011 e R\$ 132.840 em 30.06.2012), devido principalmente aos seguintes fatores.

- Aumento de R\$ 109.614 ou 2,3% da receita operacional líquida em sua controlada AES Eletropaulo, principalmente relacionada:
  - Crescimento do consumo de clientes residenciais, rurais e serviço público no período bem como aumento na receita de construção;
  - Aumento da receita relacionada à comercialização no mercado de curto prazo (CCEE), impactada principalmente pelo crescimento do PLD, que no primeiro semestre de 2012 teve valor médio de R\$ 115,15, contra R\$ 27,42 para o mesmo período de 2011;
  - Compensado pela realocação da receita de ultrapassagem de demanda e receita de excedente de reativos, para obrigações especiais, evento que não ocorreu no mesmo período de 2011, e pela redução de demanda dos clientes livres, de aproximadamente 5,5%.
- Aumento de R\$ 615.046 ou 15,4% nos custos e despesas operacionais basicamente relacionados à sua controlada AES Eletropaulo, conforme informados a seguir:

## Comentário do Desempenho

- A despesa com energia elétrica para revenda aumentou em R\$386.551 ou 18%, totalizando R\$ 2.531.280 no primeiro semestre de 2012 e R\$ 2.144.729 no primeiro semestre de 2011. Os seguintes fatores explicam esse desempenho: (i) reajuste de preços contratuais, impactando principalmente os contratos de CCEAR e Bilaterais, cujas tarifas aumentaram em média 16,2% e 8,7%, (ii) variação cambial entre os períodos, influenciando o custo da energia comprada de Itaipu.
- A despesa com encargo de uso do sistema de distribuição e transmissão apresentou um aumento de R\$ 100.405 ou 18,1%, totalizando R\$655.459 no primeiro semestre de 2012, basicamente relacionado ao aumento da despesa de uso da rede básica, e encargo do serviço do sistema, compensado pela redução do contrato de uso do sistema de distribuição (CUSD).
- Outras despesas operacionais apresentou um aumento de R\$128.090 ou 9,9% (R\$ 1.421.315 em 30 de junho de 2012 e R\$ 1.293.225 em 30 de junho de 2011). Dentre os fatores para o aumento se destacam: (i) aumento de 8,6% na despesa com construção, o que significa maior nível de investimentos na infra-estrutura da concessão (impacto na margem é igual a zero); (ii) despesas com pessoal e encargos, apresentaram aumento de 15,6%, devido principalmente ao reajuste salários e benefícios; (iii) aumento com previdência privada, basicamente pelo reajuste conforme cálculo atuarial para o ano de 2012 (iv) aumento na provisão para devedores duvidosos, devido a maior inadimplência registrada no primeiro semestre de 2012, (v) aumento das desativações de ativo financeiro e intangível, (vi) parcialmente compensados com redução nas despesas com provisão para contingências relacionadas principalmente a reversão de ações trabalhistas e plano cruzado.
- O resultado financeiro apresentou um aumento de 40.241, (despesa financeira líquida de R\$ 67.244 no primeiro semestre de 2012, e de R\$ 27.003 no primeiro semestre de 2011), quando comparado com o mesmo período de 2011, devido principalmente, aos seguintes fatores:
  - Redução na receita líquida de variação monetária e cambial, devido a evento não recorrente ocorrido no primeiro semestre de 2011, referente à energia livre, relacionado à recomposição tarifária extraordinária, aumento negativo da variação cambial, oriundo da compra energia Itaipu e redução da receita com juros de 18%, relacionada às contas dos consumidores.
  - Despesas relacionadas a multas regulatórias ocorridas no primeiro semestre de 2012, compensado por itens não recorrentes ocorridos no primeiro semestre de 2011, como a de multas ICMS sobre perdas comerciais.
  - Redução nos encargos de dívida, justificado principalmente pela redução do CDI, indexador das principais dívidas da companhia, amortizações do principal CCB Citibank e debêntures 10ª emissão, compensado pelo ingresso de debêntures 14ª emissão.

## Comentário do Desempenho

- Redução no imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do período no montante de R\$ 181.314 ou 66,1% devido à redução do lucro tributável do período conforme descrito nos itens anteriores. Devido aos impactos da revisão tarifária, a controlada Eletropaulo apurou prejuízo fiscal para o semestre findo em 30 de junho de 2012 e constituiu impostos diferidos ativos sobre o prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 176.743.
- Redução no lucro com operações descontinuadas referente ao resultado da controlada AES ComRio, líquido de impostos, no montante de R\$ 19.736.

## Notas Explicativas

### 1. Informações Gerais

A AES Elpa S.A. (“Companhia” ou “AES Elpa”) está constituída como uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio. Controlada diretamente pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira) e indiretamente pela AES Corporation (AES Corp.). Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 02 de julho de 2012, foi aprovada a mudança da sede social da Companhia do Município de São Paulo (Rua Lourenço Marques, 158) para o Município Barueri. A nova sede da Companhia está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteadado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, Sala individual 1, Bairro Sitio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040.

Contexto operacional das controladas

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”):

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”) é uma companhia de capital aberto, de direito privado, controlada diretamente pela AES Elpa S.A. e indiretamente pela Companhia Brasileira de Energia, que por sua vez é uma controlada indireta da AES Corporation (sediada nos Estados Unidos). A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Em 01 de junho de 2012, a controlada Eletropaulo mudou sua sede para o Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Marcos Penteadado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sitio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040.

A controlada Eletropaulo, conforme mencionado na nota nº 27, faturou 18.754 GWh no semestre findo em 30 de junho de 2012 e 18.216 GWh no semestre findo em 30 de junho de 2011, atendendo a aproximadamente 6,4 milhões de clientes no semestre findo em 30 de junho de 2012 e 6,2 milhões de clientes em 30 de junho de 2011 (informações não revisadas pelos auditores independentes).

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

## Notas Explicativas

Segundo o Contrato de Concessão, a controlada Eletropaulo passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos e por processo de Reajuste Tarifário anualmente. Os efeitos da última revisão e do último reajuste tarifário estão descritos na nota explicativa nº 34.6.3.

### AES Com Rio – controlada até 30 de junho de 2011.

Até 30 de junho de 2011, a Companhia possuía participação na AES Com Rio, uma sociedade prestadora de serviços de telecomunicações autorizada a explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

Desta forma, nas informações contábeis da AES Elpa, os saldos referentes a AES Com Rio foram reclassificados para operações descontinuadas para o período findo em 30 de junho 2011 na demonstração dos resultados e demonstrações do valor adicionado (nota nº 38).

## **2. Base de Preparação e Apresentação das Informações Contábeis**

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração do Formulário de Informações Trimestrais (“ITR”) em 24 de julho de 2012.

### 2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias (“informações contábeis”) da Companhia e sua controlada para o semestre findo em 30 de junho de 2012, compreendem:

- a) As informações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pela *International Accounting Standards Board – IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como “Consolidado”.
- b) As informações contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como “Controladora”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

## Notas Explicativas

As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações realizadas em anos anteriores à data de transição, e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As informações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente. Desta forma, essas informações contábeis individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desse investimento nas informações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo valor do custo de aquisição.

### 2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nestas informações contábeis, tais como o número de consumidores, volumes de energia elétrica negociados, entre outros, não foram revisados pelos auditores independentes.

### 2.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

#### 2.3.1 Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de sua controlada. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

#### 2.3.2 Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base dos balanços. Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

## Notas Explicativas

### 2.4 Critérios de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e de sua controlada Eletropaulo (e também as operações da controlada AES Com Rio até 30 de junho de 2011). São consideradas controladas quando a Companhia possui os seguintes fatores de forma combinada: detém mais do que metade do poder de voto; governa as suas políticas financeiras e operacionais; e indica ou destitui a maioria dos membros da diretoria ou conselho de administração.

Entre os principais ajustes de consolidação estão:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Eliminação das participações no capital e lucro (prejuízo) do período das empresas controladas.
- Apuração da participação dos acionistas não controladores no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado.

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada no balanço patrimonial consolidado, como parte integrante do patrimônio líquido e na demonstração do resultado consolidada a parcela atribuível aos acionistas controladores e não controladores é apresentada após o lucro líquido do período ou exercício, conforme o caso.

A seguinte controlada está apresentada nas informações contábeis consolidadas para o semestre findo em 30 de junho de 2012:

Controlada	Atividade	Participação	
		30.06.2012	31.12.2011
Eletropaulo	Distribuição	30,97%	30,97%

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, exceto quanto à AES Com Rio com efeitos até 30 de junho de 2011; as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

## Notas Explicativas

### 3. Sumário das Práticas Contábeis e Estimativas

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas práticas, julgamentos e estimativas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.24 divulgadas nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

### 4. Caixa, Equivalentes de Caixa e Investimentos de Curto Prazo

<u>Caixa e equivalentes de caixa:</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
<b>Tipo de operação</b>				
Numerário disponível	110	44	24.909	24.729
Numerário em trânsito	-	-	33.476	30.106
CDB-DI (I)	-	-	-	10.102
Operação compromissada (I)	3.652	-	23.698	98.058
	<u>3.762</u>	<u>44</u>	<u>82.083</u>	<u>162.995</u>
 <u>Investimentos de curto prazo:</u>				
<b>Tipo de operação</b>	<b>30.06.2012</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>30.06.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
CDB-DI (I)	3.709	-	474.473	475.361
Operação compromissada (I)	3.856	5.041	514.378	736.285
Títulos públicos (II)	-	-	22.138	20.915
Fundo de investimento	-	-	1.035	-
	<u>7.565</u>	<u>5.041</u>	<u>1.012.024</u>	<u>1.232.561</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

- (I) Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas (\*) foram remunerados, em média, a 102,48% do CDI no semestre findo em 30 de junho de 2012 (102,27% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011).
- (II) Títulos públicos: correspondem a aplicações em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, as quais são remuneradas a 100% da taxa SELIC.

(\*) Operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

As políticas de investimentos financeiros da Companhia e sua controlada determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

Em 30 de junho de 2012, a Companhia e sua controlada não mantinham linhas de financiamento comprometidas e não sacadas.

## Notas Explicativas

### 5. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A composição do saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias é como segue:

Consolidado						
30.06.2012						
Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido	
	até 90 dias	mais de 90 dias				
<b>CIRCULANTE</b>						
<b>Consumidores - Fornecimento:</b>						
Residencial	283.495	249.995	42.125	575.615	(49.959)	525.656
Industrial	57.700	28.778	28.874	115.352	(19.810)	95.542
Comercial	161.485	52.721	22.698	236.904	(23.682)	213.222
Rural	126	53	11	190	(1)	189
<b>Poder público:</b>						
Federal	2.687	417	280	3.384	(391)	2.993
Estadual	11.060	1.304	2.513	14.877	(2.131)	12.746
Municipal	14.831	5.091	3.872	23.794	(5.217)	18.577
Iluminação pública	15.418	4.540	1.360	21.318	(571)	20.747
Serviço público	13.782	10.560	1.763	26.105	(1.579)	24.526
<b>Total - Faturado</b>	<b>560.584</b>	<b>353.459</b>	<b>103.496</b>	<b>1.017.539</b>	<b>(103.341)</b>	<b>914.198</b>
Não faturado	507.814	-	-	507.814	-	507.814
<b>Total</b>	<b>1.068.398</b>	<b>353.459</b>	<b>103.496</b>	<b>1.525.353</b>	<b>(103.341)</b>	<b>1.422.012</b>
<b>Concessionárias e permissionárias:</b>						
Energia no curto prazo - CCEE	36.387	-	-	36.387	-	36.387
Encargos de uso da rede	49	-	-	49	-	49
<b>Total</b>	<b>36.436</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>36.436</b>	<b>-</b>	<b>36.436</b>
<b>Total - CIRCULANTE</b>	<b>1.104.834</b>	<b>353.459</b>	<b>103.496</b>	<b>1.561.789</b>	<b>(103.341)</b>	<b>1.458.448</b>

  

Consolidado						
31.12.2011						
Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido	
	até 90 dias	mais de 90 dias				
<b>CIRCULANTE</b>						
<b>Consumidores - fornecimento:</b>						
Residencial	214.921	257.529	39.996	512.446	(46.964)	465.482
Industrial	50.453	34.911	32.100	117.464	(22.623)	94.841
Comercial	130.513	76.463	34.517	241.493	(25.694)	215.799
Rural	89	79	7	175	(1)	174
<b>Poder público:</b>						
Federal	2.736	1.033	298	4.067	(318)	3.749
Estadual	8.716	2.746	2.283	13.745	(2.132)	11.613
Municipal	13.682	4.420	1.796	19.898	(5.142)	14.756
Iluminação pública	14.560	1.773	1.153	17.486	(572)	16.914
Serviço público	10.374	12.578	2.634	25.586	(1.475)	24.111
<b>Total - faturado</b>	<b>446.044</b>	<b>391.532</b>	<b>114.784</b>	<b>952.360</b>	<b>(104.921)</b>	<b>847.439</b>
Não Faturado	542.907	-	-	542.907	-	542.907
<b>Total</b>	<b>988.951</b>	<b>391.532</b>	<b>114.784</b>	<b>1.495.267</b>	<b>(104.921)</b>	<b>1.390.346</b>
<b>Concessionárias e permissionárias:</b>						
Energia no curto prazo - CCEE	24.820	-	-	24.820	-	24.820
Encargos de uso da rede	513	-	-	513	-	513
<b>Total</b>	<b>25.333</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25.333</b>	<b>-</b>	<b>25.333</b>
<b>Total - CIRCULANTE</b>	<b>1.014.284</b>	<b>391.532</b>	<b>114.784</b>	<b>1.520.600</b>	<b>(104.921)</b>	<b>1.415.679</b>

(\*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº 10.

As contas a receber apresentadas acima são classificadas como empréstimos e recebíveis e, portanto, mensuradas pelo custo amortizado.

Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

## Notas Explicativas

Na condição de prestadora de serviço público de distribuição, a controlada Eletropaulo deve fornecer energia a todos os consumidores que solicitarem ligação à infra-estrutura da concessão.

A Administração da controlada Eletropaulo continua implementando gestões com várias classes de consumidores e, em especial, com o poder público, nas suas diversas esferas, objetivando a redução dos saldos em atraso e condicionando as negociações aos recebimentos dos débitos vincendos.

### 6. Tributos a Recuperar

#### Imposto de renda e contribuição social compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
<b>CIRCULANTE</b>				
Contribuição social	4	-	62.546	7.220
Imposto de renda	2.318	5.321	182.628	46.127
<b>Subtotal</b>	<b>2.322</b>	<b>5.321</b>	<b>245.174</b>	<b>53.347</b>

#### Outros tributos compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
<b>CIRCULANTE</b>				
Instituto nacional da seguridade social - INSS	-	-	2.058	2.074
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	64.254	58.525
Cofins	-	-	20.713	18.296
Pis	-	-	5.703	5.179
Outros	-	-	147	151
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>92.875</b>	<b>84.225</b>
INSS - auxílio doença - nota nº 10	-	-	(1.963)	(1.963)
<b>Saldo líquido de PCLD</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>90.912</b>	<b>82.262</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Pis - Crédito tributário	-	-	61.637	60.609
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	48.441	43.401
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>110.078</b>	<b>104.010</b>
<b>Total geral</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>202.953</b>	<b>188.235</b>

### 7. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	Consolidado			
	Balço Patrimonial		Resultado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	30.06.2011
a) O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:				
Provisão de benefício a empregados	275.951	291.040	(15.089)	(18.618)
Provisão para litígios e contingências	154.925	154.781	144	20.368
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	146.173	138.060	8.113	6.452
Reversão dos ativos e passivos regulatórios para fins de CPC	(329.039)	(45.767)	(283.272)	(40.297)
Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia	(730.091)	(755.827)	25.736	23.018
Prejuízo fiscal/base de cálculo negativa	176.743	-	176.743	-
Atualização do ativo financeiro de concessão	22.234	(37.555)	-	-
Outros	98.022	103.313	(5.293)	(36.304)
<b>Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social diferidos</b>			<b>(92.918)</b>	<b>(45.381)</b>
<b>Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido</b>	<b>(185.082)</b>	<b>(151.955)</b>		
<b>Tributos diferidos</b>				
Tributos diferidos ativos	795.209	940.496		
Tributos diferidos passivos	(980.291)	(1.092.451)		
	<b>(185.082)</b>	<b>(151.955)</b>		

## Notas Explicativas

Devido aos impactos da revisão tarifária, a controlada Eletropaulo apurou prejuízo fiscal para o semestre findo em 30 de junho de 2012 e constituiu impostos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 176.743, os quais possuem expectativa de realização ao longo do exercício de 2012.

### Movimentação dos impostos diferidos

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>(151.955)</b>
Impacto no resultado	(92.918)
Impacto no patrimônio líquido	59.791
<b>Saldo em 30 de junho de 2012</b>	<b>(185.082)</b>

De acordo com a Instrução CVM nº 371, os tributos diferidos ativos registrados devem estar suportados por estudo técnico que demonstre a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros em um período de 10 anos, os quais devem ser suficientes para garantir a sua realização. A Companhia e sua controlada elaboraram esse estudo técnico para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o qual foi aprovado pelos órgãos da Administração da Companhia e sua controlada.

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros, a controlada Eletropaulo estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

	30.06.2012		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
<b>b) Prazo de recuperação dos tributos diferidos ativos:</b>			
2012	322.619	116.143	438.762
2013	99.123	35.684	134.807
2014	58.247	20.969	79.216
2015	59.734	21.504	81.238
2016	41.678	15.004	56.682
2017 - 2019	2.349	846	3.195
2020 - 2021	962	347	1.309
	<b>584.712</b>	<b>210.497</b>	<b>795.209</b>

A Companhia e sua controlada revisam anualmente o valor contábil dos tributos diferidos ativos e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração da Companhia e de sua controlada.

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia e sua controlada foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Companhia e sua controlada e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

## Notas Explicativas

A Companhia não registra impostos diferidos sobre créditos fiscais enquanto suas operações não apresentarem base tributável de resultados que garantam a realização desses créditos. Em 30 de junho de 2012 a Companhia acumulava prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias ativas no montante de R\$ 1.059.010, R\$ 1.294.963 e R\$ 670.181 (R\$ 1.059.021, R\$ 1.294.974 e R\$ 646.710 em 31 de dezembro de 2011), respectivamente.

### 8. Contas a Receber - Acordos

A composição do saldo do contas a receber - acordos é como segue:

	Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011
<b><u>CIRCULANTE</u></b>		
<b>Termo de confissão de dívida:</b>		
Prefeitura municipal de São Paulo (i)	75.453	75.453
Prefeituras municipais diversas	28.461	28.617
Consumidores	189.075	151.678
Outros	500	1.770
<b>Subtotal</b>	<b>293.489</b>	<b>257.518</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PMSP - nota nº 10	(75.453)	(75.453)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Consumidores - nota nº 10	(179.310)	(148.454)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Prefeituras Municipais diversas - nota nº 10	(21.242)	(20.414)
<b>Saldo Líquido de PCLD</b>	<b>17.484</b>	<b>13.197</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>		
<b>Termo de confissão de dívida:</b>		
Prefeituras municipais diversas	61.574	70.534
Consumidores	24.068	24.246
<b>Subtotal</b>	<b>85.642</b>	<b>94.780</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - consumidores - nota nº 10	(1)	(5)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - prefeituras municipais diversas - nota nº 10	(47.727)	(53.948)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - acordos outros - nota nº 10	-	(16)
<b>Saldo Líquido de PCLD</b>	<b>37.914</b>	<b>40.811</b>

- (i) Refere-se a Acordo para Novação e Pagamento de Dívidas e Outras Avenças entre a controlada Eletropaulo e a Prefeitura do Município de São Paulo (Prefeitura) celebrado em 5 de janeiro de 2009, no montante de R\$ 344.161, cujo pagamento está sendo efetuado em quatro parcelas, sendo R\$ 117.800 em 30 de julho de 2009 e três parcelas anuais no valor de R\$ 75.454, vencendo, sucessivamente, em 30 de julho de 2010, 2011 e 2012. As parcelas com vencimento até 30 de julho de 2011 foram liquidadas pela Prefeitura.

## Notas Explicativas

### 9. Outros Créditos

	Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>CIRCULANTE</b>		
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - cosip	28.994	32.155
Alienação de bens e direitos	1.748	4.061
Financiamento à Cesp	219	317
Cauções e depósitos vinculados	62.783	51.070
Eletrobrás - Bônus Itaipu	22.403	-
Outros	24.064	18.150
<b>Total</b>	<b>140.211</b>	<b>105.753</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - outros créditos - diversos (nota 10)	(74)	(74)
<b>Saldo Líquido de PCLD</b>	<b>140.137</b>	<b>105.679</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Eletropaulo Metropolitana X Companhia Brasileira de Energia - Eletropaulo Telecomunicação Ltda - nota nº 32	14.686	14.184
Programa Reluz - PMSP	1.408	1.408
Programa Reluz - PMSBC	3.728	3.728
Bens e direitos destinados a alienação	80.439	79.899
Financiamento à Cesp	4.596	4.367
RGR - recolhimento a maior	17.930	-
Outros	68	687
<b>Total</b>	<b>122.855</b>	<b>104.273</b>

Em 30 de junho de 2012, a controlada Eletropaulo ofereceu como garantia para o mercado de curto prazo da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e para Leilão de Energia parte de seus investimentos no montante de R\$ 52.848, para cumprir exigências de compra de energia elétrica.

### 10. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, durante o período, foi como segue:

Rubricas de Origem	Consolidado					
	Saldo em 31.12.2011	Provisões	Reversões	Transferências	Baixa para perdas	Saldo em 30.06.2012
<b>CIRCULANTE</b>						
Consumidores - nota nº 5	104.921	138.101	(15.599)	-	(124.082)	103.341
Serviços Prestados	3.505	1	-	-	(2)	3.504
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº 8	148.454	63.755	(32.890)	4	(13)	179.310
Contas a Receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota nº 8	20.414	1.943	(9.649)	8.534	-	21.242
Contas a Receber - acordos - Prefeitura Municipal de São Paulo - nota nº 8	75.453	-	-	-	-	75.453
INSS - Auxílio Doença - nota nº 6	1.963	-	-	-	-	1.963
Outros Créditos - nota nº 9	74	-	-	-	-	74
<b>Total</b>	<b>354.784</b>	<b>203.800</b>	<b>(58.138)</b>	<b>8.538</b>	<b>(124.097)</b>	<b>384.887</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº 8	5	-	-	(4)	-	1
Contas a Receber - acordos - Prefeituras Municipais diversas - nota nº 8	53.948	2.313	-	(8.534)	-	47.727
Contas a Receber - acordos - outros - nota nº 8	16	-	(16)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>53.969</b>	<b>2.313</b>	<b>(16)</b>	<b>(8.538)</b>	<b>-</b>	<b>47.728</b>
<b>Total Geral</b>	<b>408.753</b>	<b>206.113</b>	<b>(58.154)</b>	<b>-</b>	<b>(124.097)</b>	<b>432.615</b>

## Notas Explicativas

### 11. Contratos de Concessão Público - Privado

	Controlada Eletropaulo	
	30.06.2012	31.12.2011
<b><u>Ativo financeiro</u></b>		
Ativo financeiro da concessão	1.034.935	1.041.813
<b><u>Intangível</u></b>		
Ativo intangível concessão - nota nº 14	5.700.953	5.873.314
<b>Total contratos de concessão público - privado</b>	<b><u>6.735.888</u></b>	<b><u>6.915.127</u></b>

O ICPC 01 (IFRIC 12) (*Contratos de concessão*) estabelece as diretrizes para a contabilização dos contratos de concessão pelos operadores (concessionárias). De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a controlada Eletropaulo tem o direito a utilizar a infra-estrutura da concessão para prestar os serviços de distribuição de energia elétrica. Esse direito está representado pelo ativo financeiro de concessão e ativo intangível.

#### Movimentação do ativo financeiro de concessão - controlada Eletropaulo

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.041.813</b>
Adições	19.321
Baixas	(5.854)
Atualização do valor justo (*)	(175.849)
Transferências do intangível	155.504
<b>Saldo em 30 de junho de 2012</b>	<b><u>1.034.935</u></b>

(\*) A controlada Eletropaulo com base no laudo de avaliação referente ao 3º Ciclo de Revisão Tarifária, registrou redução do ativo financeiro de concessão no semestre findo em 30 de junho de 2012 no valor de R\$ 175.849 em contrapartida à rubrica de outros resultados abrangentes - ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido.

Adicionalmente, a alteração das taxas anuais de depreciação estabelecida pela Resolução Normativa nº 474 alterou o valor do ativo financeiro da concessão. Essa alteração reduziu a taxa média de depreciação dos ativos de 4,12% para 3,78% e conseqüentemente aumentou o valor estimado da parcela dos investimentos que não serão amortizados até o término do prazo da concessão. A controlada Eletropaulo registrou o impacto do aumento do ativo financeiro de concessão no montante de R\$ 155.504, em contrapartida à rubrica de ativos intangíveis de concessão.

## Notas Explicativas

### Características do Contrato de Concessão da controlada Eletropaulo

Em 15 de junho de 1998, a controlada Eletropaulo e a Agência Nacional de Energia - ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, o qual estabelece as condições para a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão determinada pela Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998. O prazo de duração do contrato de concessão é de 30 anos, a partir da data de sua assinatura. O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, sendo que a controlada Eletropaulo deverá efetuar o requerimento até 36 meses antes do término da concessão e a ANEEL deve manifestar-se até o 18º mês anterior ao término da concessão. A eventual prorrogação estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no Contrato de Concessão, a critério da ANEEL. A concessão da controlada Eletropaulo não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente.

Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC 01 Contratos de Concessão foram integralmente atendidas, a Administração da controlada Eletropaulo concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo financeiro de concessão e ativo intangível.

O reajuste tarifário da controlada Eletropaulo ocorre no dia 4 de julho de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre a cada 4 anos

### Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

## Notas Explicativas

### 12. Investimentos

Os investimentos da Companhia estão compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Imóveis destinados a uso futuro	-	-	5.438	5.438
Participações societárias permanentes:				
Valor patrimonial	1.122.675	1.236.712	-	-
Outros	-	-	4.062	4.062
<b>Total</b>	<b>1.122.675</b>	<b>1.236.712</b>	<b>9.500</b>	<b>9.500</b>
<b>Controlada</b>				
<b>AES Eletropaulo</b>				
Quantidade de ações do capital social	167.343.887			
Quantidade de participação:				
• Ordinárias	51.825.798			
Capital social - 31.12.2011	1.057.629			
Capital social - 30.06.2012	1.057.629			
Percentual de participação - 31.12.2011	30,97%			
Percentual de participação - 30.06.2012	30,97%			
Mutação do patrimônio líquido das investidas:				
<b>Patrimônio líquido em 31.12.2011</b>	<b>4.009.711</b>			
Resultado do exercício	166.859			
Dividendos complementares excedentes ao mínimo obrigatório	(419.016)			
Atualização do Ativo Financeiro de Concessão (líquido de impostos)	(116.060)			
Remuneração com base em ações	443			
<b>Patrimônio líquido em 30.06.2012</b>	<b>3.641.937</b>			
Movimentação do investimento:				
<b>Investimento avaliado pela equivalência - 31.12.2011</b>	<b>1.236.712</b>			
Resultado de equivalência patrimonial	51.676			
Ganho/perda de investimento	(7.370)			
Dividendos e JSCP	(122.400)			
Atualização do ativo financeiro de concessão da controlada Eletropaulo	(35.943)			
<b>Investimento avaliado pela equivalência - 30.06.2012</b>	<b>1.122.675</b>			

### 13. Imobilizado

No grupo do ativo imobilizado são apresentados os bens da Companhia que não estão no escopo do ICPC 01, sendo eles:

Descrição	Controladora		Taxa média de depreciação	Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011		30.06.2012	31.12.2011
<b>Em serviço</b>					
<b>Custo histórico</b>					
Terrenos	95	95		95	95
Arrendamento Financeiro	-	-		21.782	26.075
<b>Total custo histórico</b>	<b>95</b>	<b>95</b>		<b>21.877</b>	<b>26.170</b>
<b>Depreciação e amortização</b>					
Arrendamento Financeiro	-	-	21,65%	(14.326)	(16.611)
<b>Total do imobilizado</b>	<b>95</b>	<b>95</b>		<b>7.551</b>	<b>9.559</b>

Os bens do ativo imobilizado classificados como arrendamento financeiro referem-se basicamente a veículos e equipamentos de informática.

## Notas Explicativas

### 14. Intangível

A composição do saldo de ativos intangíveis da controlada Eletropaulo é como segue:

Descrição	Controlada Eletropaulo	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Ativo intangível de concessão</b>		
Ativo intangível	6.858.003	6.953.239
Amortização acumulada	(1.157.050)	(1.079.925)
<b>Total do ativo intangível de concessão - nota nº 11</b>	<b>5.700.953</b>	<b>5.873.314</b>

O saldo do intangível refere-se substancialmente ao direito de uso da infraestrutura da concessão, que é reconhecido na medida em que a controlada Eletropaulo tem o direito (autorização) de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos.

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	Em curso		Em serviço		Ativo intangível	Amortização acumulada	Total do ativo intangível de concessão	Outros Intangíveis	Total do Intangível
	Intangível	(-) Obrigações especiais	Intangível	(-) Obrigações especiais					
Saldo em 31 de dezembro de 2011	647.963	(68.142)	7.017.259	(643.841)	6.953.239	(1.079.925)	5.873.314	745.302	6.618.616
Adições	383.695	(96.041)	4.664	-	292.318	(259.180)	33.138	-	33.138
Baixas	-	-	(212.729)	-	(212.729)	165.107	(47.622)	-	(47.622)
Amortização de obrigações especiais	-	-	-	-	-	16.948	16.948	(22.973)	(6.025)
Transferência	(128.407)	27.375	99.106	(17.395)	(19.321)	-	(19.321)	-	(19.321)
Transferência para ativo financeiro de concessão (*)	-	-	(155.504)	-	(155.504)	-	(155.504)	-	(155.504)
Saldo em 30 de junho de 2012	903.251	(136.808)	6.752.796	(661.236)	6.858.003	(1.157.050)	5.700.953	722.329	6.423.282

(\*) Conforme descrito na nota nº 11.

### 15. Fornecedores

	Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>Suprimento e Transmissão:</b>		
Itaipu	209.671	166.760
Contratos bilaterais - AES Tietê - nota nº 32	213.700	237.315
Contratos bilaterais - outros	648	9.411
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	39.736	14.320
Energia livre - Outros	60.084	57.450
Uso de rede básica	115.825	107.470
Encargos do Serviço do Sistema - ESS	22.500	30.549
Conexão à rede básica	9.246	8.662
Transmissão	9.558	9.539
Uso do sistema de distribuição	1.068	2.278
Operador Nacional do Sistema - ONS	3.348	2.777
Leilão - CCEAR	283.586	253.011
<b>Subtotal</b>	<b>968.970</b>	<b>899.542</b>
Materiais e Serviços	154.635	163.562
<b>Total</b>	<b>1.123.605</b>	<b>1.063.104</b>

## Notas Explicativas

### 16. Tributos a Pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
<b>CIRCULANTE</b>				
Imposto de renda	6	-	1.687	1.655
Contribuição social	-	-	605	2.743
<b>Subtotal</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>2.292</b>	<b>4.398</b>
<b>Outros tributos a pagar</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Pis	-	352	9.994	12.259
Cofins	-	1.622	46.033	56.466
Outros	7	3.142	14.042	27.854
<b>Subtotal</b>	<b>7</b>	<b>5.116</b>	<b>70.069</b>	<b>96.579</b>

### 17. Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Encargos de Dívidas e Custos de Transação

17.1. O saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures não conversíveis e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

	Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011
<b>ENCARGOS DE DÍVIDAS</b>		
Moeda estrangeira	1	1
Moeda nacional	51.159	59.073
<b>Total</b>	<b>51.160</b>	<b>59.074</b>
<b>PRINCIPAL - CIRCULANTE</b>		
Moeda estrangeira	30	28
Moeda nacional	87.623	88.731
Debêntures	219.980	199.980
Custo de transação a amortizar	(7.504)	(7.655)
Subvenções governamentais	(214)	-
<b>Total</b>	<b>299.915</b>	<b>281.084</b>
<b>PRINCIPAL - NÃO CIRCULANTE</b>		
Moeda estrangeira	15	28
Moeda nacional	685.219	729.990
Debêntures	2.029.980	1.449.980
Custo de transação a amortizar	(24.912)	(24.171)
Subvenções governamentais	(1.426)	-
<b>Total</b>	<b>2.688.876</b>	<b>2.155.827</b>
<b>Total da dívida líquida</b>	<b>3.039.951</b>	<b>2.495.985</b>

Moeda Estrangeira	30.06.2012						
	Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Moeda	(% a.a.)	Encargos	Circulante	Não Circulante
STN - Resolução nº 96/93		2013	US\$	6	1	30	15
Moeda Estrangeira	31.12.2011						
	Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Moeda	(% a.a.)	Encargos	Circulante	Não Circulante
STN - Resolução nº 96/93		2013	US\$	6	1	28	28

## Notas Explicativas

Moeda Nacional		30.06.2012							
		Vencimento	Taxa efetiva	Dívida			Subvenção governamental		Custo de transação a amortizar
Instituições Financeiras / Credores									
			Encargos	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Debêntures</b>									
Debêntures - 9ª Emissão - a.2	2018	CDI+2,42	9.378	-	250.000	-	-	(895)	(4.340)
Debêntures - 10ª Emissão - a.4	2013	CDI+2,07	11.041	199.980	199.980	-	-	(1.696)	(375)
Debêntures - 11ª Emissão - a.5	2018	CDI+1,86	3.274	-	200.000	-	-	(118)	(725)
Debêntures - 12ª Emissão - a.7	2014	CDI+1,50	9.440	-	400.000	-	-	(816)	(745)
Debêntures - 13ª Emissão - a.8	2020	CDI+1,90	5.089	20.000	380.000	-	-	(936)	(4.910)
Debêntures - 14ª Emissão - a.11	2021	CDI+1,66	5.258	-	600.000	-	-	(354)	(4.222)
<b>Subtotal</b>			<b>43.480</b>	<b>219.980</b>	<b>2.029.980</b>	-	-	<b>(4.815)</b>	<b>(15.317)</b>
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>									
RELUZ - Eletrobrás - SBC - a.1	2015	5	-	881	1.761	-	-	-	-
BNDDES - Fimame - a.10	2016	8,7	46	127	4.456	-	-	-	-
FINEP - a.12	2020	4	11	-	6.867	(214)	(1.426)	-	-
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's) - a.3	2015	CDI+2,51	1.850	50.000	100.000	-	-	(869)	(973)
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - a.6	2019	CDI+2,00	5.497	30.000	570.000	-	-	(1.820)	(8.622)
Outros			275	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>			<b>7.679</b>	<b>81.008</b>	<b>683.084</b>	<b>(214)</b>	<b>(1.426)</b>	<b>(2.689)</b>	<b>(9.595)</b>
<b>Leasing</b>									
Arrendamento mercantil - a.9		11,69 a 12,42	-	6.615	2.135	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>			<b>-</b>	<b>6.615</b>	<b>2.135</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>			<b>51.159</b>	<b>307.603</b>	<b>2.715.199</b>	<b>(214)</b>	<b>(1.426)</b>	<b>(7.504)</b>	<b>(24.912)</b>

  

Moeda Nacional		31.12.2011							
		Vencimento	Taxa Efetiva	Dívida			Custo de transação a Amortizar		
Instituições Financeiras / Credores									
			Encargos	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Debêntures</b>									
Debêntures - 9ª Emissão - a.2	2018	CDI+2,42	11.678	-	250.000	-	-	(837)	(4.801)
Debêntures - 10ª Emissão - a.4	2013	CDI+2,07	13.956	199.980	199.980	-	-	(2.243)	(1.076)
Debêntures - 11ª Emissão - a.5	2018	CDI+1,86	4.131	-	200.000	-	-	(112)	(786)
Debêntures - 12ª Emissão - a.7	2014	CDI+1,50	11.927	-	400.000	-	-	(780)	(1.162)
Debêntures - 13ª Emissão - a.8	2020	CDI+1,90	6.508	-	400.000	-	-	(899)	(5.416)
<b>Subtotal</b>			<b>48.200</b>	<b>199.980</b>	<b>1.449.980</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.871)</b>	<b>(13.241)</b>
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>									
RELUZ - Eletrobrás - SBC - a.1	2015	5	-	754	1.885	-	-	-	-
BNDDES - Fimame - a.10	2016	8,7	30	-	4.029	-	-	-	-
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's) - a.3	2015	CDI+2,51	3.173	50.000	150.000	-	-	(980)	(1.407)
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - a.6	2019	CDI+2,00	7.395	30.000	570.000	-	-	(1.804)	(9.523)
Outros			275	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>			<b>10.873</b>	<b>80.754</b>	<b>725.914</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.784)</b>	<b>(10.930)</b>
<b>Leasing</b>									
Arrendamento mercantil - a.9		12,14 a 13,90	-	7.977	4.076	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>			<b>-</b>	<b>7.977</b>	<b>4.076</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>			<b>59.073</b>	<b>288.711</b>	<b>2.179.970</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(7.655)</b>	<b>(24.171)</b>

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Os recursos obtidos por meio da emissão da 9ª Emissão de Debêntures e das Cédula de Crédito Bancário Sindicalizada foram destinados integralmente ao pré-pagamento de dívidas renegociadas entre a controlada Eletropaulo e bancos credores em 2004.

Os recursos obtidos com a 10ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pagamento antecipado da 8ª Emissão Debêntures.

Os recursos obtidos com a 11ª Emissão de Debêntures, foram utilizados na realização de investimentos no sistema de distribuição pela controlada Eletropaulo, no curso regular de seus negócios.

Com relação às CCB's com o Banco Bradesco, os recursos foram utilizados pela controlada Eletropaulo para liquidação de valores que eram devidos à Receita Federal e que foram renegociados com a adesão da controlada Eletropaulo ao Programa REFIS da Receita Federal em novembro de 2009.

Os recursos captados com a emissão da 12ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pagamento dos *Bonds* denominados em reais, emitidos pela controlada Eletropaulo em junho de 2005 e vencidos em junho de 2010.

## Notas Explicativas

Os recursos captados com a emissão da 13ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pagamento dos *Bonds* denominados em reais, emitidos pela controlada Eletropaulo em junho de 2005 e vencidos em junho de 2010, e para financiamento de parte dos investimentos de 2010.

Os recursos captados com a emissão da 14ª Emissão de Debêntures foram utilizados para recomposição do caixa em virtude das amortizações de dívida referentes a 2011 e 2012.

Não há valores pendentes de utilização advindos de financiamentos já contratados.

A Administração da controlada Eletropaulo mantém o acompanhamento de dois índices financeiros: (i) relação da dívida bruta com o EBITDA ajustado (\*) e (ii) EBITDA sobre despesa financeira caixa. Em 30 de junho de 2012, estes índices estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da controlada.

A controlada Eletropaulo também acompanha outros *covenants* qualitativos, os quais em 30 de junho de 2012 foram atendidos.

- (\*) “EBITDA” significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil da controlada Eletropaulo na linha “Resultado Operacional” (excluindo as receitas e despesas financeiras); (ii) todos os montantes de depreciação e amortização; (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de “custo de operação”; e (iv) os ajustes dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado) conforme as regras regulatórias determinadas pela ANEEL, desde que não incluídos no resultado operacional acima.

Os empréstimos e financiamentos STN - Resolução nº 96/1993 e (ii) RELUZ – Eletrobrás, possuem como garantia a receita da controlada Eletropaulo, que é passível de bloqueio em conta bancária, a qual poderá ser sacada mediante outorga de procuração para os representantes dos credores. Os demais empréstimos e financiamentos da controlada Eletropaulo não possuem garantia.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

## Notas Explicativas

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

- a.1) RELUZ - Eletrobrás - financiamento caracterizado pelo Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, instituído pelo Governo Federal e coordenado pelos Ministérios de Minas e Energia e da Justiça, por intermédio da Eletrobrás.
- a.2) Debêntures (não conversíveis) - 9ª Emissão - emissão de R\$ 250.000 em debêntures, ocorrida em 20 de dezembro de 2005, no mercado local com pagamentos semestrais de juros equivalentes a CDI + 1,75% ao ano, prazo final de 13 anos e pagamentos de principal anuais de 2015 a 2018, sendo o valor das parcelas devidas em 2015, 2016 e 2018 equivalente a 30% cada uma e em 2017 equivalentes a 10% do montante total emitido.
- a.3) Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) - empréstimo sindicalizado no Brasil formalizado por cédulas de crédito bancário, com várias instituições financeiras lideradas pelo Banco Citibank S.A., ocorrido em 12 de maio de 2006, no montante principal de R\$ 300.000. Empréstimo com remuneração semestral de CDI + 1,20% ao ano, com prazo final de 96 meses, sendo pagas parcelas anuais, iguais e sucessivas a partir de 12 de maio de 2010.
- a.4) Debêntures (não conversíveis) - 10ª Emissão - emissão de R\$ 600.000 em debêntures, ocorrida em 15 de setembro de 2007, no mercado local com prazo final de 6 anos, com pagamentos semestrais de juros a CDI + 0,90% ao ano e pagamento anual de principal a partir do quarto ano, sendo a primeira parcela no montante de R\$ 200.040 e as demais no montante de R\$ 199.980.
- a.5) Debêntures (não conversíveis) - 11ª Emissão - emissão de R\$ 200.000 em debêntures, ocorrida em 1º de novembro de 2007 no mercado local com prazo final de 11 anos, com pagamentos semestrais de juros a CDI + 1,75% ao ano e pagamento de principal no 9º e 11º anos, no montante de R\$ 100.000, respectivamente.
- a.6) Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) - empréstimo formalizado por cédulas de crédito bancário, com várias instituições financeiras lideradas pelo Banco Bradesco S.A., ocorrido em 25 de novembro de 2009, no montante principal de R\$ 600.000 com remuneração semestral de CDI + 1,50% ao ano, e pagamento anual de principal a partir de 26 de novembro de 2012, com prazo final de 120 meses, conforme descrito a seguir: 5% (R\$ 30.000) no 3º e 4º anos, 10% (R\$ 60.000) no 5º e 6º anos, 20% (R\$ 120.000) no 7º, 8º e 9º anos e 10% (R\$ 60.000) no 10º ano.

## Notas Explicativas

- a.7) Debêntures (não conversíveis) - 12ª Emissão – emissão de R\$ 400.000 em debêntures, ocorrida em 1º de abril de 2010, no mercado local com prazo final de 4 anos (2014), com pagamentos semestrais de juros a CDI + 1,25% ao ano e pagamento do principal em parcela única na data de 1º de abril de 2014.
- a.8) Debêntures (não conversíveis) - 13ª Emissão – emissão de R\$ 400.000 em debêntures, ocorrida em 14 de maio de 2010, no mercado local com prazo final de 10 anos (2020), com pagamentos semestrais de juros a CDI + 1,50% ao ano e pagamento do principal a partir de 15 de maio de 2013, com prazo final de 96 meses, sendo que o principal será pago em parcelas anuais, conforme descrito a seguir: 5% (R\$ 20.000) no 1º e 2º anos, 10% (R\$ 40.000) no 3º e 4º anos, 20% (R\$ 80.000) no 5º, 6º e 7º anos e 10% (R\$ 40.000) no 8º ano.
- a.9) Arrendamento mercantil - Os contratos de arrendamentos mercantis financeiros referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática e veículos e não contém cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que impõem restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo de contratos de arrendamento mercantil financeiro, em 30 de junho de 2012, registrados pela controlada Eletropaulo era de R\$ 8.750 (R\$12.053 em 31 de dezembro de 2011) no passivo, e R\$ 7.456 (R\$ 9.464 em 31 de dezembro de 2011) no ativo. Este arrendamento mercantil deverá ser liquidado da seguinte forma: R\$ 6.615 até um ano e R\$ 2.135 até cinco anos, não havendo pagamento acima de 5 anos.

A garantia do arrendamento mercantil é o valor residual dos ativos, no montante de R\$ 7.456 em 30 de junho de 2012 (R\$ 9.464 em 31 de dezembro de 2011).

- a.10) BNDES – Finame – Banco Itaú - em maio de 2011, a controlada Eletropaulo obteve junto ao Banco Itaú um financiamento no montante de R\$ 4.584 para a compra de medidores cujo vencimento final será em 2016, com 36 amortizações mensais do principal, após a carência de 24 meses. A taxa de juros contratada é de 8,7% ao ano, sendo o pagamento dos juros trimestral durante a carência, em seguida mensal.
- a.11) Debêntures (não conversíveis) - 14ª Emissão - emissão de R\$ 600.000 em debêntures, ocorrida em 28 de novembro de 2011, com desembolso em 5 de janeiro de 2012, no mercado local cujo vencimento final será em 2021, com pagamentos semestrais de juros a CDI + 1,50% ao ano e pagamento do principal a partir de 28 de novembro de 2018, com prazo final de 120 meses, sendo que o principal será pago em parcelas anuais, conforme descrito a seguir: 10% (R\$ 60.000) no 1º ano, 30% (R\$ 180.000) no 2º, 3º e 4º anos.

## Notas Explicativas

- a.12) Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP - em 8 de fevereiro de 2012 a controlada Eletropaulo obteve junto a FINEP recursos no montante de R\$ 37.096 para o financiamento de projetos de inovação, cujo vencimento final será em 15 de fevereiro de 2020, com 73 amortizações do principal após a carência de 24 meses. A taxa de juros contratada é de 4% ao ano, sendo o pagamento dos juros mensal durante e após a carência.

- 17.2 Os valores relativos ao principal de empréstimos e financiamentos apresentam a seguinte composição de moeda e indexadores:

### 17.2.1 Moeda estrangeira

	30.06.2012			31.12.2011		
	US\$	R\$	%	US\$	R\$	%
Taxa Fixa	22	45	100,00	30	56	100,00

### 17.2.2 Moeda nacional

	30.06.2012		31.12.2011	
	R\$	%	R\$	%
CDI	2.967.544	99,29	2.418.134	99,23
Taxa fixa	21.202	0,71	18.721	0,77
<b>Total</b>	<b>2.988.746</b>	<b>100,00</b>	<b>2.436.855</b>	<b>100,00</b>

- 17.3 Em 30 de junho de 2012, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures, e o custo de transação a amortizar, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Moeda estrangeira		Moeda nacional	Custo de transação a amortizar
	US\$ mil	R\$	R\$	R\$
2013	7	15	232.932	(3.230)
2014	-	-	533.722	(5.318)
2015	-	-	228.161	(4.655)
2016	-	-	336.768	(4.081)
2017	-	-	226.139	(3.230)
2018	-	-	436.140	(2.414)
após 2018	-	-	721.337	(1.984)
	<b>7</b>	<b>15</b>	<b>2.715.199</b>	<b>(24.912)</b>

Os custos de transação são considerados no cálculo da taxa efetiva de juros e são apropriados ao resultado de cada exercício de acordo com a mesma.

## Notas Explicativas

17.4 A variação percentual das principais moedas estrangeiras e dos principais indicadores, base de atualização de empréstimos, financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento:

	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
	R\$	R\$	%	%
US\$ (Ptax)	2,0213	1,8758	7,76	12,58
CDI (*)	-	-	8,38	10,87

(\*) Índice do último dia do período

17.5 A movimentação dos empréstimos e financiamentos, debêntures, e encargos de dívidas é como segue:

Moeda Nacional e Estrangeira Instituições Financeiras / Credores	Saldo Final 31.12.2011	Ingressos	Provisão	Varição	Pagamentos	Custo de Empréstimos	Subvenções Governamentais (*)	Saldo Final 30.06.2012
STN - Resolução nº. 96/93	57	-	1	3	(15)	-	-	46
BNDES Fimame	4.059	554	192	-	(176)	-	-	4.629
FINEP	-	6.867	75	-	(64)	-	(1.640)	5.238
RELUZ - Eletrobrás - SBC	2.639	455	94	-	(546)	-	-	2.642
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's)	200.786	-	9.758	-	(61.082)	546	-	150.008
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's)	596.068	-	32.044	-	(33.942)	885	-	595.055
Arrendamento Mercantil	12.053	371	852	-	(4.526)	-	-	8.750
Outros	275	-	1.652	-	(1.652)	-	-	275
<b>Total</b>	<b>815.937</b>	<b>8.247</b>	<b>44.668</b>	<b>3</b>	<b>(102.003)</b>	<b>1.431</b>	<b>(1.640)</b>	<b>766.643</b>
Debêntures - 9ª Emissão	256.040	-	13.672	-	(15.972)	403	-	254.143
Debêntures - 10ª Emissão	410.597	-	20.143	-	(23.058)	1.248	-	408.930
Debêntures - 11ª Emissão	203.233	-	10.957	-	(11.813)	54	-	202.431
Debêntures - 12ª Emissão	409.985	-	20.865	-	(23.352)	381	-	407.879
Debêntures - 13ª Emissão	400.193	-	21.365	-	(22.784)	469	-	399.243
Debêntures - 14ª Emissão	-	600.000	30.847	-	(30.318)	153	-	600.682
<b>Total</b>	<b>1.680.048</b>	<b>600.000</b>	<b>117.849</b>	<b>-</b>	<b>(127.297)</b>	<b>2.708</b>	<b>-</b>	<b>2.273.308</b>
<b>Total Geral</b>	<b>2.495.985</b>	<b>608.247</b>	<b>162.517</b>	<b>3</b>	<b>(229.300)</b>	<b>4.139</b>	<b>(1.640)</b>	<b>3.039.951</b>

(\*) Movimentação conforme nota nº 18.

## 18. Subvenções Governamentais

### Saldo Inicial

Recebidas durante o exercício

Baixas no resultado

### Saldo final

Circulante

Não circulante

### Total

### Controlada Eletropaulo

30.06.2012

1.717

(77)

**1.640**

214

1.426

**1.640**

As subvenções governamentais foram recebidas para o financiamento de projetos de inovação por meio do FINEP. Não existem condições ou contingências não cumpridas atreladas a essas subvenções.

## 19. Obrigações com Entidade de Previdência Privada

A controlada Eletropaulo patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela controlada Eletropaulo.

## Notas Explicativas

A controlada Eletropaulo, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

O custeio do plano para as parcelas de benefício definido e da contribuição definida é paritário entre a controlada Eletropaulo e os empregados. As taxas de custeio do benefício definido são reavaliadas periodicamente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao novo modelo implementado no momento da privatização da controlada Eletropaulo, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

Os custos de patrocínio dos planos de pensão e eventuais déficits (superávits) dos planos são contabilizados em atendimento à Deliberação CVM nº 600/2009.

As contribuições, os custos e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliações realizadas por atuários independentes, sendo as últimas efetuadas para a data-base de 31 de dezembro de 2011.

As despesas reconhecidas nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011 foram as seguintes:

	Controlada Eletropaulo	
	30.06.2012	30.06.2011
Custo dos serviços correntes	8.175	7.332
Custo dos juros	458.308	436.519
Rendimento esperado dos ativos do plano	(394.298)	(387.354)
Amortização de ganhos e perdas	7.673	-
Outras despesas do período	4.229	-
<b>Total das despesas benefício definido</b>	<b>84.087</b>	<b>56.497</b>
Outras contribuições	1.288	271
<b>Total das despesas no período</b>	<b>85.375</b>	<b>56.768</b>

## Notas Explicativas

A movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	<b>Controlada Eletropaulo</b>
	<b>30.06.2012</b>
	<b>Não circulante</b>
<b>Saldo inicial em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.230.546</b>
Despesa do período conforme laudo atuarial	79.859
Pagamento de contribuições	(127.833)
Outras despesas do período	4.229
<b>Saldo final em 30 de junho de 2012</b>	<b>1.186.801</b>

### 19.1 Contratos com a Fundação CESP

A controlada Eletropaulo com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a Fundação CESP a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e contrato de ajustes de reserva matemática. Estes contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis, conforme segue:

	<b>Controlada Eletropaulo</b>	
	<b>30.06.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>		
<b><u>Empréstimos e financiamentos:</u></b>		
Confissão de dívida IIa (i)	389.658	388.861
Confissão de dívida IIb (ii)	202.257	201.844
Contrato de ajustes de reserva matemática (iii)	1.977.998	1.961.711
<b>Total do Contrato</b>	<b>2.569.913</b>	<b>2.552.416</b>
Parcela não registrada (*)	(1.383.112)	(1.321.870)
<b>Total Registrado</b>	<b>1.186.801</b>	<b>1.230.546</b>

(\*) A parcela do contrato de ajuste de reserva não registrada em 30 de junho de 2012, no montante de R\$ 1.383.112 (R\$ 1.321.870 em 31 de dezembro de 2011) é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela controlada Eletropaulo para fins de atendimento da Deliberação CVM nº 600 e aquelas utilizadas pela Fundação CESP (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento das Resoluções do Conselho Geral de Previdência Complementar, órgão regulador dos fundos de pensão e em função da utilização do método do corredor. Por ter o referido contrato um montante variável e ser ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da Fundação CESP, essa diferença será eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

## Notas Explicativas

- (i) Refere-se a Instrumento Particular de Aditivo ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida e outras Avenças, assinado em 11 de fevereiro de 1999, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar e aditado pela terceira vez em 13 de agosto de 2009, para pagamento em 233 parcelas mensais, a partir de 31 de dezembro de 2008. Esse contrato é corrigido por índice contratualmente estipulado: IGP-DI + 6% ao ano ou variação da TR + 8% ao ano, dos dois o maior.
- (ii) Refere-se ao valor de mercado dos imóveis da controlada Eletropaulo devolvidos pela Fundação CESP à controlada Eletropaulo, em 31 de dezembro de 1999, aditado pela terceira vez em 13 de agosto de 2009, para pagamento em 233 parcelas mensais, a partir de 31 de dezembro de 2008. As parcelas mensais são corrigidas pela variação da TR + 8% ao ano ou por IGP-DI + 6% ao ano, deles o que for maior.
- (iii) Refere-se ao saldo líquido das reservas a amortizar, déficit e superávit técnico do BSPS, aditado pela segunda vez em 12 de agosto de 2008, para pagamento em 244 parcelas mensais, a partir de 31 de janeiro de 2008. Esse saldo é corrigido mensalmente pelo custo atuarial e ajustado anualmente com base na avaliação atuarial.

### 19.2 Mudanças no IAS 19 Benefícios a empregados (Employees benefits)

Em junho de 2011, o IASB modificou o IAS 19 com o objetivo de introduzir melhorias nas seguintes áreas: (a) reconhecimento de mudanças no ativo/passivo líquidos dos planos de benefícios definidos; (b) mudanças, reduções nos benefícios ou liquidação do plano; (c) divulgação sobre planos de benefício definido; (d) contabilização de benefícios relacionados com desligamento; e (e) itens diversos relacionados com (i) a classificação de benefícios a empregados; (ii) estimativas da taxa de mortalidade; (iii) custos administrativos e tributários; (iv) riscos compartilhados e aspectos condicionais de indexação. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. Os principais impactos decorrente da aplicação dessa norma são (i) a eliminação do critério do corredor e (ii) o cálculo da estimativa do retorno dos ativos utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial. A aplicação dessa norma requererá a descontinuação do método do corredor e consequente registro do ganho ou perda atuarial não registrado em contrapartida à conta de ajuste de avaliação patrimonial (ganhos e perdas não reconhecidos em 31 de dezembro de 2011 é no montante de R\$ 1.210.129) e a utilização da taxa de desconto do passivo atuarial no cálculo do retorno dos ativos.

## Notas Explicativas

### 20. Obrigações Estimadas

	Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011
<b><u>CIRCULANTE</u></b>		
Férias	31.117	31.320
Programa de incentivo a aposentadoria	1.336	3.279
13º Salário	10.701	-
Participação nos lucros e resultados	32.551	46.088
Encargos sociais sobre férias e gratificações	16.315	12.364
Bônus	1.691	2.791
Outros	2.283	-
<b>Total</b>	<b>95.994</b>	<b>95.842</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>		
Assistência Saúde Pós-Emprego - Lei 9.656 (*)	19.246	19.851
Provisão - Bônus	523	587
<b>Total</b>	<b>19.769</b>	<b>20.438</b>

(\*) A avaliação atuarial foi efetuada com o auxílio de uma empresa terceirizada e especializada em cálculos atuariais (atuários independentes) com base em 31 de dezembro de 2011. Os custos são apurados mensalmente no resultado do período conforme consta no último laudo atuarial.

### 21. Provisão para Litígios e Contingências

	Controladora				Consolidado			
	Passivo		Ativo		Passivo		Ativo	
	Contingências	Cauções e depósitos judiciais	Contingências	Cauções e depósitos judiciais	Contingências	Cauções e depósitos judiciais	Contingências	Cauções e depósitos judiciais
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Trabalhista (a)	-	-	-	-	303.659	313.343	299.393	281.987
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa (b)	-	-	-	-	15.204	23.661	5.426	7.543
Processos cíveis (c)	-	-	-	-	42.512	43.031	16.200	15.319
Processos regulatórios (d)	-	-	-	-	46.513	26.916	-	-
Processos administrativos - prefeituras (e)	-	-	-	-	725	725	-	-
Processos fiscais (f)	14.086	11.616	14.086	17.073	65.096	61.043	190.462	188.205
Meio Ambiente	-	-	-	-	8.948	11.577	-	-
Outros	-	-	-	-	22.468	22.134	10	10
<b>Total geral</b>	<b>14.086</b>	<b>11.616</b>	<b>14.086</b>	<b>17.073</b>	<b>505.125</b>	<b>502.430</b>	<b>511.491</b>	<b>493.064</b>
Circulante	-	-	-	-	110.149	168.704	-	-
Não Circulante	14.086	11.616	14.086	17.073	394.976	333.726	511.491	493.064
<b>Total geral</b>	<b>14.086</b>	<b>11.616</b>	<b>14.086</b>	<b>17.073</b>	<b>505.125</b>	<b>502.430</b>	<b>511.491</b>	<b>493.064</b>

a) Trabalhista: A controlada Eletropaulo é demandada por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados em cerca de 5.310 processos (5.306 processos em 31 de dezembro de 2011) pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros. Os valores dos depósitos recursais relativos às reclamações trabalhistas decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário montam em R\$ 24.382 (R\$ 23.788 em 31 de dezembro de 2011), e os depósitos judiciais consignados para garantia do pleito montam em R\$ 275.011 (R\$258.199 em 31 de dezembro de 2011).

## Notas Explicativas

- b) Plano Cruzado - Reajuste de tarifa: Refere-se a processos movidos contra a controlada Eletropaulo por consumidores industriais questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos pelo DNAEE (atual ANEEL) em 1986, durante o período em que o plano econômico que estabelecia o congelamento de preços estava em vigor, de março a novembro de 1986. Foram revisados os processos e alguns tiveram seus valores alterados amparados em decisões transitadas em julgado que extinguiram em parte os processos relativamente ao valor do principal. Atualmente os processos prosseguem apenas com relação à parte controvertida, resultante da diferença de cálculo do principal apresentado pelas partes, com provisão no montante de R\$ 15.204 (R\$23.661 em 31 de dezembro de 2011).
- c) Processos Cíveis: A controlada Eletropaulo está atualmente envolvida em processos judiciais cíveis de natureza geral e especial e, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisões para os valores das demandas que se encontram passíveis de quantificação e têm suas chances de perda classificadas como provável. Atualmente, tais demandas respondem pela provisão de aproximadamente R\$ 42.512 (R\$ 43.031 em 31 de dezembro de 2011).

Os processos judiciais cíveis de natureza geral em que a controlada Eletropaulo figura no pólo passivo envolvem ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral. Atualmente, tais demandas respondem pela provisão de aproximadamente R\$ 34.888 (R\$ 35.951 em 31 de dezembro de 2011).

Os processos judiciais cíveis de natureza especial envolvem questões decorrentes do relacionamento comercial da controlada Eletropaulo com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos, bem como questões que envolvam a agente fiscalizadora, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público. Atualmente, tais demandas respondem pela provisão de aproximadamente R\$ 7.624 (R\$ 7.080 em 31 de dezembro de 2011).

## Notas Explicativas

Dentre os casos que compõe os denominados cíveis de natureza especial, merece destaque a demanda:

### (c.1) Represa Guarapiranga

Em 23 de dezembro de 2004, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da controlada Eletropaulo e da Associação Desportiva Cultural Eletropaulo visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as Rés, solidariamente, ao cumprimento de obrigação de fazer visando a implementação de medidas de reparação ambiental, bem como à demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com a implementação do plantio de árvores indicado na perícia técnica realizada. As Rés têm 90 dias, a contar da notificação da fase de execução, para adimplir a referida obrigação de fazer, sob pena de multa diária de R\$ 1, sem prejuízo da possibilidade do MP providenciar o cumprimento da obrigação às expensas das Rés. As Rés também foram condenadas ao pagamento da quantia de R\$ 14.247, valor atualizado até 30 de junho de 2012 (R\$11.511 em 31 de dezembro de 2011) pelos danos ambientais irreversíveis, sendo que alternativamente ao pagamento da condenação, as Rés poderão optar por uma das alternativas trazidas pelo perito no laudo técnico. Essas alternativas consistem (i) na implantação imediata de um projeto ambiental devidamente aprovado junto ao órgão ambiental competente, avaliado na ordem de R\$ 306 (atualizado equivale a aproximadamente R\$ 1.165), ou (ii) na cessão ao Estado de uma área verde desocupada, localizada em zona de mananciais e também avaliada em R\$ 306 (desde que devidamente aprovada pelo órgão ambiental competente). A sentença condenatória foi integralmente mantida em 2ª instância, tendo a controlada Eletropaulo apresentado recursos aos tribunais superiores, os quais não foram acolhidos pela 2ª Instância e tiveram seus seguimentos negados. Contra tais negativas em junho de 2007, a controlada Eletropaulo apresentou recursos diretamente aos tribunais superiores, sendo que em março de 2008 o STJ decidiu não acolher o recurso apresentado pela controlada Eletropaulo. Por sua vez, em 5 de junho de 2012, o STF também decidiu não acolher o recurso apresentado pela controlada Eletropaulo, o que tornou definitiva a sentença condenatória. Em 30 de junho de 2012 a melhor estimativa de perda, conforme constituída, no montante de R\$ 1.165 (R\$ 1.082 em 31 de dezembro de 2011).

## Notas Explicativas

### d) Processos Regulatórios

- d.1) A controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0317/TN 1877/2009, em 06 de outubro de 2010, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$ 543 é decorrente de fiscalização técnica realizada nos indicadores DEC/FEC do ano de 2008. A Administração da controlada Eletropaulo, após análises dos assessores legais, decidiu pela quitação integral da referida infração que atualizada até janeiro de 2012 montava a R\$ 621 (R\$ 543 em 31 de dezembro de 2011).
- d.2) A controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0337/TN 2060/2010, em 14 de julho de 2011, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$ 26.761 é decorrente de ação fiscalizadora que ocorreu no período de 21 de junho de 2010 à 2 de julho de 2010. Tratou-se de fiscalização técnica periódica realizada com o objetivo de verificar os processos de qualidade técnica no fornecimento de energia elétrica, do planejamento, da engenharia, operação e manutenção de redes, das linhas e subestações nos anos de 2008, 2009 e parte do ano de 2010. A Administração da controlada Eletropaulo, baseada em análises dos assessores legais, provisionou o montante de R\$ 23.505 atualizado até 30 de junho de 2012 (R\$ 21.384 em 31 de dezembro de 2011).
- d.3) A controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0339/TN 2186/2011, em 26 de julho de 2011, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, é de R\$ 4.842. A ação fiscalizadora teve como objetivo verificar os fatos ocorridos na área de concessão da controlada Eletropaulo no período de 7 a 9 de junho de 2011 que resultaram em interrupções no fornecimento de energia elétrica. A Administração da controlada Eletropaulo, baseada em análises dos assessores legais, decidiu provisionar o montante de R\$ 5.298 (R\$ 4.842 em 31 de dezembro de 2011).
- d.4) A controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 064/TN 056/2011, em 5 de outubro de 2011, da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, é de R\$ 800. A ação fiscalizadora teve como objetivo verificar fato ocorrido (“Blecaute”) na área de concessão da controlada Eletropaulo no dia 8 de fevereiro de 2011 que resultou em interrupção no fornecimento de energia elétrica. A Administração da controlada Eletropaulo, baseada em análises dos assessores legais, decidiu provisionar o montante de R\$ 157 (R\$ 147 em 31 de dezembro de 2011).

## Notas Explicativas

- d.5) A controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0373/TN 1899/2009, em 13 de fevereiro de 2012, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$ 2.612 é decorrente de fiscalização comercial. A Administração da controlada Eletropaulo, baseada em análises dos assessores legais, decidiu provisionar o montante atualizado até 30 de junho de 2012 no valor de R\$ 2.688.
- d.6) A controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 008/2012-SFF, em 2 de abril de 2012, da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora no ativo imobilizado, ocorrida no período de 7 de dezembro de 2010 a 4 de fevereiro de 2011, que impacta a base de remuneração regulatória a qual é utilizada pela ANEEL para calcular a tarifa cobrada de clientes. A Administração da controlada Eletropaulo, baseada em análises preliminares, decidiu provisionar o montante de R\$ 14.674 em 30 de junho de 2012. A controlada Eletropaulo em 18 de abril de 2012 apresentou recurso e aguarda o julgamento da ANEEL.
- d.7) A controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0383/TN 2286/2012, em 1º de junho de 2012, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$ 336 é decorrente de fiscalização no cumprimento das metas de “Teleatendimento”. A Administração da controlada Eletropaulo, baseada em análises dos assessores legais, decidiu provisionar o montante atualizado até 30 de junho de 2012 no valor de R\$ 191.
- e) Processos Administrativos - Prefeituras: existem processos de natureza administrativa de prefeituras. A Administração da controlada Eletropaulo, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável.
- f) Processos Fiscais:
- f.1) A Companhia possui processo o qual discute a não incidência de PIS e COFINS sobre os valores distribuídos a título de Juros sobre Capital Próprio. A Administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, definiu que a probabilidade de perda para este processo é provável e, desta forma, registrou provisão no montante de R\$ 14.086 (R\$ 11.616 em 31 de dezembro de 2011).

## Notas Explicativas

f.2) Existem processos fiscais de natureza geral. A Administração da controlada Eletropaulo, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

A movimentação das contingências classificadas como prováveis foi como segue:

	Controladora					Consolidado						
	Passivo					Passivo						
	31.12.2011	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	30.06.2012	31.12.2011	Ingressos	Atualizações	Pagamentos		Reversões
Trabalhista	-	-	-	-	-	-	313.343	57.987	7.404	(36.184)	(38.891)	303.659
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa	-	-	-	-	-	-	23.661	3.086	970	(8.996)	(3.517)	15.204
Processos civis	-	-	-	-	-	-	43.031	8.480	3.182	(10.086)	(2.095)	42.512
Processos regulatórios	-	-	-	-	-	-	26.916	17.175	2.965	(621)	78	46.513
Processos administrativos - prefeituras	-	-	-	-	-	-	-	725	-	-	-	725
Processos fiscais	11.616	1.973	497	-	-	14.086	61.043	1.977	2.101	(25)	-	65.096
Meio Ambiente	-	-	-	-	-	-	11.577	3.165	-	(5.794)	-	8.948
Outros	-	-	-	-	-	-	22.134	362	-	-	(28)	22.468
<b>Total geral</b>	<b>11.616</b>	<b>1.973</b>	<b>497</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.086</b>	<b>502.430</b>	<b>92.232</b>	<b>16.622</b>	<b>(61.706)</b>	<b>(44.453)</b>	<b>505.125</b>
Circulante	-	-	-	-	-	-	168.704	-	-	-	-	110.149
Não Circulante	11.616	-	-	-	-	14.086	333.726	-	-	-	-	394.976
<b>Total geral</b>	<b>11.616</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.086</b>	<b>502.430</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>505.125</b>

Conforme preceitua o Pronunciamento Técnico CPC 25 (IAS 37) *Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes*, aprovado pela Deliberação CVM nº 94, de 15 de setembro de 2009, seguem resumidas abaixo as discussões judiciais classificadas como de probabilidade de perda possível, e portanto, ainda não registradas contabilmente. A avaliação das probabilidades está embasada em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da Companhia e suas controladas.

Nº	Descrição da Contingência	Controlada Eletropaulo	
		Valor Estimado da Contingência	
		30.06.2012	31.12.2011
21.1	Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986	1.255.730	1.210.887
21.2	Enquadramento de Consumidores - Ação Civil Pública	Não determinado	Não determinado
21.3	Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais	Não determinado	Não determinado
21.4	Revisão Tarifária - Benefício Fiscal	Não determinado	Não determinado
21.5	Autuações PCLD - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	50.366	48.299
21.6	Ação Civil Pública Plano Cruzado - ASSOBRAE e ANDEC	Não determinado	Não determinado
21.7	Ação Popular - Maruzan Conrado	20.327	18.880
21.8	Ecovias - Remanejamento de Postes	2.000	Não determinado
21.9	Ecovias - Uso do solo	Não determinado	Não determinado
21.10	AIT	90.862	83.726
21.11	Ação Civil Pública - City Boaçava	Não determinado	Não determinado
21.12	Ação Civil Pública - ETD Panorama	Não determinado	Não determinado
21.13	Ação Civil Pública - Suspensão do Fornecimento	Não determinado	Não determinado
21.14	Ação Civil Pública - Contas Vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
21.15	Recolhimento do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	91.169	88.627
21.16	PASEP - Suspensão de Exigibilidade	33.974	33.526
21.17	NFLDs - Execuções Fiscais	50.973	50.610
21.18	CSLL - Base Negativa	110.047	107.203
21.19	Execuções Fiscais Municipais - Diversas	17.040	18.828
21.20	PIS - Decretos nºs 2445/1988 e 2449/1988	38.969	38.969
21.21	PIS - Estatuto da Decadência	252.138	245.209
21.22	Ação Civil Pública - Restabelecimento de Energia Elétrica	Não determinado	Não determinado

### 21.1 Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986

Em novembro de 1986 a Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo Estatal), obteve através do Contrato de Financiamento ECF 1046/1986 empréstimo das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

## Notas Explicativas

Tendo em vista os questionamentos que surgiram acerca da periodicidade da correção monetária incidente sobre o valor financiado e a impossibilidade de se chegar a um entendimento com a Eletrobrás, em dezembro de 1988 a Eletropaulo Estatal propôs Ação de Consignação em Pagamento contra a Eletrobrás.

Ao propor a demanda acima mencionada, a Eletropaulo Estatal realizou o depósito judicial do valor que apurou como representativo do saldo devedor, qual seja, aquele que era composto pelo valor principal acrescido de correção monetária anual.

Após apresentar a sua defesa na Ação de Consignação em Pagamento, em abril de 1989 a Eletrobrás ajuizou Ação de Cobrança contra a Eletropaulo Estatal perante a 5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro (5ª Vara Cível), fundamentando seu pedido de cobrança na alegação de que os valores depositados na Ação de Consignação não estavam de acordo com os termos do Contrato de Financiamento ECF 1046/1986, já que este, de acordo com a interpretação da Eletrobrás, previa correção monetária mensal do valor principal e não anual conforme sustentado pela Eletropaulo Estatal.

Durante o andamento de ambas as ações, foi firmado o Protocolo de Cisão em 22 de dezembro de 1997, onde a Eletropaulo Estatal foi cindida em 04 (quatro) empresas, quais sejam: atual Eletropaulo Metropolitana - Eletricidade de São Paulo S.A. (controlada Eletropaulo), Bandeirante Energia S.A. (Bandeirante), Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE) e Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A. (EPTE), sendo que esta última acabou por ser incorporada pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP).

Em abril de 1999, a 5ª Vara Cível, em decisão de primeira instância, julgou tanto a Ação de Cobrança como a Ação de Consignação em Pagamento em favor da Eletrobrás, reconhecendo, na primeira ação, que a correção monetária do Contrato de Financiamento ECF 1046/1986 é mensal e, na segunda ação, que o valor depositado pela Eletropaulo Estatal não estava de acordo com os termos do mencionado Contrato, reconhecendo que a Eletropaulo Estatal estava em mora com a Eletrobrás.

Ao não enviar os termos da Sentença para uma reanálise do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), na medida em que não apresentou quaisquer dos Recursos cabíveis à época em que as ações foram sentenciadas, a Eletropaulo Estatal sagrou-se perdedora em todas as questões referentes à correção monetária do referido Contrato de Financiamento.

## Notas Explicativas

Em setembro de 2001, a Eletrobrás iniciou Ação de Execução, também na 5ª Vara Cível, e, com base no seu entendimento dos termos constantes do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal exigiu, em termos proporcionais da Companhia (90,11%) e da CTEEP (9,89%) os valores que lhes teriam sido transferidos como passivo.

Por conta de tal posicionamento, foi exigido da CTEEP o pagamento de valor correspondente ao depositado na Ação de Consignação em Pagamento (valor principal do Contrato de Financiamento acrescido de correção monetária anual) e da controlada Eletropaulo de valor que corresponde aos atuais, aproximados, de R\$ 1.255.730 atualizados até 30 de junho de 2012 (R\$1.210.887 em 31 de dezembro de 2011), quantia que representa a diferença entre a correção anual e a correção mensal do Contrato de Financiamento.

Em novembro de 2002, em decisão de primeira instância, a 5ª Vara Cível não acolheu os argumentos da controlada Eletropaulo e a manteve como parte do processo, sendo que desta decisão foi apresentado Recurso perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).

Em setembro de 2003 o TJRJ acolheu todos os argumentos levados pela controlada Eletropaulo, acabando por reconhecer, com base no Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal, que a controlada Eletropaulo não seria responsável pela quitação do Contrato de Financiamento ECF 1046/1986, já que o passivo por ele representado teria sido vertido à EPTE, empresa incorporada pela CTEEP.

Tendo em vista a decisão que lhes foi desfavorável a Eletrobrás em dezembro de 2003, e a CTEEP em março de 2004, apresentaram Recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF) com vistas à cassação da decisão do TJRJ.

Sem adentrar nos méritos dos processos ou nas disposições do Contrato de Financiamento, em junho de 2006 o STJ reverteu a decisão que eximia a controlada Eletropaulo de qualquer responsabilidade pelos débitos discutidos no processo e, mais importante, a excluía da relação litigiosa. De acordo com a mencionada Corte Superior, o litígio entre as partes requer a apreciação de questões através de procedimento que não a Exceção de Pré-Executividade interposta e, por tal motivo, o processo deveria retornar à primeira instância (5ª Vara Cível) para uma completa análise das questões que envolvem as três empresas (Companhia, CTEEP e Eletrobrás), o Contrato de Financiamento e o Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal.

## Notas Explicativas

Contra esta decisão perante o STJ foram apresentados, em dezembro de 2006 “Embargos de Declaração” e, em abril de 2007 “Embargos de Divergência” e “Recurso Extraordinário”, sendo que todos os recursos foram decididos contra a controlada Eletropaulo.

Tendo sido apresentados todos os recursos cabíveis, tanto no STJ como no STF, e não cabendo qualquer outra medida, o processo foi devolvido à primeira instância (5ª Vara Cível).

Paralelamente, em fevereiro de 2008, a CTEEP ajuizou Ação Ordinária contra a controlada Eletropaulo e a Eletrobrás perante a 5ª Vara Cível, sendo que o referido processo visa à obtenção de decisão que reconheça a CTEEP como não responsável pelo pagamento de qualquer quantia que esteja sendo cobrada pela Eletrobrás em virtude das ações que tiveram por objeto a discussão dos termos do Contrato de Financiamento ECF 1046/1986. Em setembro de 2008, a controlada Eletropaulo apresentou sua defesa, sendo que tal demanda no momento se encontra suspensa para análise de questões referentes ao local correto para julgamento do feito.

No dia 17 de abril de 2009, com base no Código de Processo Civil Brasileiro (CPC), a Eletrobrás solicitou que seja iniciado o procedimento judicial de “Liquidação de Sentença por Arbitramento” perante a 5ª Vara Cível, procedimento este que visa auferir o valor em discussão através de trabalho a ser realizado por perito judicial.

Em 26 de maio de 2009, a controlada Eletropaulo apresentou manifestação concordando com a apuração de valores através de cálculos por Liquidação de Sentença, mas ressalvando que neste processo a forma mais adequada para apuração de valores seria a Liquidação de Sentença por Artigos, e não por Arbitramento, como sugerido pela Eletrobrás, na medida em que diversos dos pontos do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal devem ser analisados em sua plenitude, já que não foram observados pela sentença de 1999, em especial toda e qualquer questão relativa a qual das empresas cindidas (controlada Eletropaulo e/ou CTEEP) cabe a responsabilidade pelo pagamento.

Em 25 de fevereiro de 2010 a D. Juíza da 5ª Vara Cível acolheu o pedido de Liquidação de sentença por Arbitramento, sendo que em vista dos termos da mencionada decisão, a controlada Eletropaulo apresentou Embargos de Declaração à 5ª Vara Cível postulando que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos, e a Eletrobrás apresentou impugnação à nomeação do perito, sendo que ambos foram rejeitados pela D. Juíza da 5ª Vara Cível em 4 de março de 2010.

## Notas Explicativas

Contra a rejeição de seu recurso, em 31 de março de 2010, a controlada Eletropaulo apresentou Agravo de Instrumento perante o TJRJ, o qual foi acolhido em 15 de abril de 2010, para determinar a ampla produção de provas acerca dos fatos que norteiam a responsabilidade pelo pagamento do débito, restando decidido que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos, conforme requerido pela controlada Eletropaulo.

Em 28 de abril de 2010, a Eletrobrás apresentou recurso perante TJRJ objetivando o reconhecimento da suspeição do perito, sendo tal recurso reconhecido como prejudicado pelo TJRJ em 14 de maio de 2010, em virtude da decisão que acolheu o recurso apresentado pela controlada Eletropaulo. Isso se deu em virtude do fato de que o procedimento de liquidação de sentença deverá ser reiniciado perante a 5ª Vara Cível.

Em março de 2011 a controlada Eletropaulo tomou conhecimento que, em 6 de dezembro de 2010, a Eletrobrás teria solicitado a iniciação do processo de liquidação e que por tal motivo, o processo teria sido submetido à análise da 5ª Vara Cível.

Em julho de 2011 a 5ª Vara Cível determinou que a controlada Eletropaulo e a CTEEP apresentassem suas respostas ao pedido de início da liquidação por artigos, o que foi respondido pela controlada Eletropaulo em 10 de agosto de 2011 e pela CTEEP em 26 de julho de 2011.

Tendo em vista o material apresentado pela controlada Eletropaulo e pela CTEEP, a 5ª Vara Cível deverá determinar que a Eletrobrás apresente suas considerações sobre o referido material, motivo pelo qual estima-se que os mencionados trabalhos periciais se iniciem durante o 3º trimestre de 2012 e que o procedimento judicial de Liquidação de Sentença por Artigos não se encerre em um prazo inferior a 6 meses a ser contado do início dos trabalhos periciais, sendo certo que, ao final dos trabalhos, caberá ao perito apontar o montante da dívida e o(s) responsável (is) pelo pagamento.

Encerrado o Procedimento Judicial de Liquidação de Sentença, e se forem apurados valores a serem pagos pela controlada Eletropaulo, a Eletrobrás poderá reiniciar o processo de execução contra a controlada Eletropaulo, sendo que, quando tal fato acontecer, para que a controlada Eletropaulo possa se defender, será necessário apresentar garantia nos termos do Código do Processo Civil Brasileiro.

## Notas Explicativas

Ainda de acordo com o disposto no Código do Processo Civil Brasileiro, a Eletrobrás terá o direito de solicitar ao juízo da causa o levantamento da garantia ofertada pela controlada Eletropaulo, mesmo antes da decisão final. Na eventualidade da solicitação da Eletrobrás ser deferida, a controlada Eletropaulo poderá ter um desembolso de caixa e impacto negativo em seu resultado uma vez que o referido desembolso passará a ser tratado como um ativo contingente em vista da possibilidade de sua recuperação quando da decisão final do mérito da causa.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor de R\$ 1.255.730, atualizado até 30 de junho de 2012 (R\$ 1.210.887 em 31 de dezembro de 2011).

### 21.2 Enquadramento de Consumidores - Ação Civil Pública

O Ministério Público Federal e a Pró-Teste ingressaram em 1º de junho de 2005 com uma ação civil pública contra a controlada Eletropaulo e a ANEEL requerendo o enquadramento na sub-classe baixa renda as unidades consumidoras incluídas nos empreendimentos habitacionais de interesse social. O pedido de tutela antecipada para determinar o imediato enquadramento dos mencionados consumidores na sub-classe baixa renda foi indeferido e esta decisão foi objeto de recurso da Pró-Teste para o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, sendo mantida a decisão de indeferimento. Em outubro de 2008 a demanda foi julgada improcedente. Contra a decisão que lhes foi desfavorável, os autores apresentaram recursos perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região. O valor envolvido nesta ação não pode ser estimado, uma vez que se trata de ação civil pública e, em sendo alterado o teor da decisão que foi favorável à controlada Eletropaulo, os usuários deverão requerer individualmente o cumprimento e os benefícios decorrentes da decisão. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

## Notas Explicativas

### 21.3 Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais

O Ministério Público Federal, em 05 de dezembro de 2003, instaurou ação civil pública contra a controlada Eletropaulo e a ANEEL visando à desconsideração dos valores do contrato firmado entre a controlada Eletropaulo e Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. O valor da causa era de R\$553, em 30 de setembro de 2007. A liminar foi indeferida e contra esta decisão foi interposto recurso ao Tribunal Regional Federal da 3ª região, ao qual foi negado provimento. Após a apresentação das contestações e consequentes réplicas, a demanda foi julgada improcedente. Em março de 2012, o recurso apresentado pelo Ministério Público Federal foi acolhido para determinar que o processo passe por uma perícia para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores da controlada Eletropaulo, sendo que contra tal decisão, foi apresentado pela controlada Eletropaulo pedido de esclarecimento, rejeitado em junho de 2012. Em 3 de julho de 2012 a controlada Eletropaulo apresentou recurso ao STJ contra a decisão que reformou a sentença de improcedência da ação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da controlada Eletropaulo deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.

### 21.4 Revisão Tarifária - Benefício Fiscal

Em 16 de novembro de 2004 foi distribuída Ação por conta da análise da Revisão Tarifária de 2003, o Tribunal de Contas da União emitiu parecer desfavorável à ANEEL e à controlada Eletropaulo, fazendo constar em seu acórdão que a controlada Eletropaulo teria sido beneficiada indevidamente em razão da indevida contabilização dos benefícios gerados pelo pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária. Em vista de tais argumentos, o Ministério Público Federal propôs ação civil pública contra a controlada Eletropaulo e a ANEEL, visando o reconhecimento e consequente extinção do benefício indevidamente gerado, bem como a devolução aos clientes dos valores supostamente cobrados a maior. Com a apresentação de defesa pelas partes requeridas e o encerramento da fase de produção de provas, o processo foi julgado favoravelmente em primeira instância à controlada Eletropaulo, sendo mencionado que não houve qualquer benefício indevido por parte da mesma. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

## Notas Explicativas

### 21.5 Autuações PCLD - Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa

A ANEEL lavrou dois autos de infração (em 4 de maio de 2000 – AI nº 015/TN170 e em 5 de abril de 2001 – AI 027/TN0336/1) em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD - Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa. Contra tais autuações, a controlada Eletropaulo propôs dois mandados de segurança com o objetivo de anular tais autuações. Ambos os mandados de segurança foram julgados improcedentes, sendo que contra tais decisões de primeira instância foram apresentados os Recursos cabíveis. Com base no último cálculo apresentado pela ANEEL o valor dessas autuações monta em R\$ 50.366, atualizado até 30 de junho de 2012 (R\$ 48.299 em 31 de dezembro de 2011).

AI nº 015/TN170 - Em 4 de julho de 2012 sobreveio decisão desfavorável ao recurso interposto pela controlada Eletropaulo no mandado de segurança, sendo proposto um novo recurso de agravo em 6 de julho de 2012. Com base no último cálculo apresentado pela ANEEL o valor de tal autuação monta em R\$ 11.303. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor mencionado.

AI nº 027/TN0336/1 - Ainda aguarda decisão ao recurso apresentado pela controlada Eletropaulo, com base no último cálculo apresentado pela ANEEL no valor de R\$ 39.063. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor mencionado.

### 21.6 Ação Civil Pública Plano Cruzado - ASSOBRAE e ANDEC

A ASSOBRAE alega que a controlada Eletropaulo, nos meses de março a novembro de 1986, teria se beneficiado do aumento supostamente ilegal de 20% na cobrança de suas tarifas de energia elétrica fixado pelas Portarias nº 38/1986 e 45/1986 do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (“DNAEE”) durante a vigência do Plano Cruzado. À vista disso, requer a devolução dos valores pagos por todos os usuários de energia elétrica naquele período. Em 14 de março de 2011 sobreveio decisão de 1ª Instância favorável à Eletropaulo, sendo consignado que por não ser a ASSOBRAE legitimada a representar consumidores comerciais e industriais, únicos afetados pelas mencionadas portarias, a mesma carecia do direito de mover ação coletiva contra a controlada Eletropaulo. A ASSOBRAE apresentou recurso. Em 30 de junho de 2012, aguarda-se julgamento do recurso apresentado pela ASSOBRAE. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação. O valor deste processo não é possível de ser determinado em função de depender de ações individuais dos consumidores.

## Notas Explicativas

### 21.7 Ação Popular - Maruzan Conrado

Em 26 de janeiro de 2006, o Sr. Maruzan Conrado Oliveira, propôs ação popular contra a controlada Eletropaulo, a SABESP, o Município de Taboão da Serra e o Sr. Fernando Fernandes Filho visando a desconstituição do acordo de Reconhecimento, Confissão e Parcelamento de dívida celebrado entre os co-réus, bem como o ressarcimento dos danos que supostamente teriam sido causados ao erário público. De acordo com o autor, os Termos de Confissão de Dívidas pactuados pela Municipalidade não estariam em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois culminariam na assunção de despesas que não poderiam ser cumpridas integralmente dentro do respectivo mandato do Sr. Fernando Fernandes de Oliveira. O processo encontra-se em fase de instrução. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$ 20.327, atualizado até 30 de junho de 2012 (R\$18.880 em 31 de dezembro de 2011).

### 21.8 Ecovias - Remanejamento de Postes

Em 28 de julho de 2004, a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ajuizou demanda judicial visando obrigar a controlada Eletropaulo a remanejar os postes nas rodovias por ela administradas ou colocar defensas metálicas, sem qualquer ônus para a autora. No momento, aguarda-se a conclusão de trabalhos periciais. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$ 2.000, atualizado até 30 de junho de 2012.

### 21.9 Ecovias - Uso do Solo

Em 28 de agosto de 2003, a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ajuizou demanda judicial contra a controlada Eletropaulo visando legitimar a cobrança de preço público pelo uso do solo ocupado pelos postes de iluminação, instalados nas faixas de domínio das rodovias por ela administradas, pretendendo também emitir autorização para fixação de postes. A Ecovias teve seu pleito provido parcialmente no STJ em 16 de março de 2012, e contra tal decisão a controlada Eletropaulo já apresentou seu recurso, em 22 de março de 2012. Em abril de 2012 a ABRADÉE requereu seu ingresso no processo como parte interessada. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

## Notas Explicativas

### 21.10 AIT

Em 25 de junho de 2002, a AIT - Automação Industrial Informática e Telecomunicação Ltda. (“AIT”) ajuizou ação indenizatória contra a controlada Eletropaulo, por meio da qual requereu o pagamento de indenização em razão de suposta perda de participação no mercado de informática que teria sido ocasionada pelo descumprimento e posterior rompimento do contrato firmado com a Eletropaulo Estatal. A autora pleiteia, ainda o ressarcimento: a) dos valores que teria pago nas rescisões trabalhistas de seus funcionários; b) dos juros e encargos de mora relativos aos tributos que não foram pagos nas datas de seus vencimentos; e, c) dos encargos decorrentes de empréstimos contraídos em virtude do inadimplemento do contrato pela controlada Eletropaulo. Proferida decisão pela 1ª instância, com base em um dos cenários apresentados pelo perito judicial, decidindo que a AIT deveria receber R\$ 51.000 pelos danos sofridos. A controlada Eletropaulo agora discute a questão em sede recursal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, controlada Eletropaulo terá que desembolsar aproximadamente o valor de R\$ 90.862, atualizado até 30 de junho de 2012 (R\$ 83.726 em 31 de dezembro de 2011).

### 21.11 Ação Civil Pública - City Boaçava

A Sociedade Amigos do Bairro City Boaçava moveu ação civil pública que visa impedir o reforço na linha de transmissão LTA Pirituba-Bandeirante 3-4, sob a alegação de que as radiações oriundas dos campos eletromagnéticos gerados pela referida linha produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem em suas imediações. Foi proferida sentença parcialmente procedente determinando que a controlada Eletropaulo reduza o campo eletromagnético gerado pela linha a 1 (um) micro-tesla a uma altura de um metro e meio do solo, sob pena de multa diária de R\$ 500 e, ainda, ao custeio da medição diária do referido campo. Contra a mencionada decisão, foi interposto recurso de apelação, o qual foi julgado em desfavor da Eletropaulo. Em vista das questões constitucionais contidas na decisão, foi interposto recurso extraordinário, o qual aguarda julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. Em 3 de março de 2011 por conta de um requerimento apresentado pela controlada Eletropaulo, o Supremo Tribunal Federal suspendeu os efeitos da decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo até o julgamento do mérito do recurso apresentado. Em junho de 2011 a ANEEL requereu seu ingresso no processo na qualidade de “*amicus curiae*”. Em setembro de 2011 o Supremo Tribunal Federal reconheceu que a matéria discutida no recurso apresentado pela controlada Eletropaulo é de “Repercussão Geral”. Em junho de 2012, em atendimento à decisão de 1ª Instância, foram iniciadas as medições de campos eletromagnéticos, enquanto aguarda-se o julgamento do recurso apresentado no STF. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

## Notas Explicativas

### 21.12 Ação Civil Pública - ETD Panorama

A Sociedade Amigos da Cidade Jardim moveu uma ação civil pública que visa impedir a construção da ETD Panorama, sob a alegação de que as radiações oriundas dos campos eletromagnéticos gerados pela referida ETD produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem em suas imediações. A ação foi julgada improcedente e foram opostos embargos de declaração pela parte contrária, que foram rejeitados. Foi interposta apelação pela Sociedade. Em 30 de junho de 2012, aguardava-se julgamento do recurso interposto pela Sociedade perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

### 21.13 Ação Civil Pública - Suspensão no Fornecimento

O Departamento de Assistência Judiciária e Defesa do Consumidor de Santo André, em 06 de janeiro de 2006, ajuizou ação civil pública contra a controlada Eletropaulo objetivando (1) impedir a suspensão do fornecimento de energia elétrica dos usuários do Município de Santo André em virtude da apuração de fraude nas instalações de medição, (2) a declaração de nulidade dos termos de confissão de dívida firmados com os munícipes de Santo André, com a consequente devolução em dobro dos valores eventualmente recebidos indevidamente e, ainda, (3) que no caso de apuração de fraudes, seja a controlada Eletropaulo obrigada a demonstrar a autoria e materialidade das eventuais fraudes apuradas bem como estipular critérios objetivos para sua apuração. Decisão parcialmente procedente em 1ª instância, declarando nula as confissões de dívidas firmadas pela ameaça de corte, determinando ainda que o prazo para a cobrança por motivo de corte não exceda em um ano e que os cortes não mais ocorram, além de condenação por danos morais. Em 30 de junho de 2012 o processo aguardava discussão em 2ª instância. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá impacto em suas operações, bem como terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

## Notas Explicativas

### 21.14 Ação Civil Pública - Contas vencidas - 90 dias

Em 15 de abril de 2005, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a controlada Eletropaulo objetivando (1) definir o prazo de prescrição da cobrança de valores referentes a contas de consumo em atraso para 90 dias, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), (2) também de acordo com o CDC, a restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram confissões de dívida que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros (ex proprietários, inquilinos ou ocupantes), e, por fim, (3) que a ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela controlada Eletropaulo. Pela 1ª Instância foi proferida sentença parcialmente procedente, determinando que seja procedido o reembolso dos valores erroneamente cobrados de consumidores que assinaram confissões de dívida que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros no prazo de 255 dias. Contra tal decisão a controlada Eletropaulo apresentou recurso perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, o qual aguarda julgamento. Pelo Ministério Público Federal foi requerido o imediato cumprimento da decisão de 1ª instância, sendo que no momento está em curso o cumprimento da parte da sentença que determina a identificação dos Consumidores porventura atingidos pela decisão e a quantificação do valor envolvido na demanda judicial. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá impacto em suas operações, bem como terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

## Notas Explicativas

### 21.15 Recolhimentos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Em 5 de novembro de 1998, foram lavradas pela Caixa Econômica Federal três notificações referentes ao período de janeiro de 1993 a setembro de 1998 por suposta ausência de recolhimento do FGTS. A fiscalização identificou que a controlada Eletropaulo teria deixado de computar parcelas integrantes da remuneração dos empregados, sonogando recolhimentos fundiários e identificando empregados em situação irregular. A controlada Eletropaulo apresentou defesa e recursos administrativos alegando, em resumo, nulidade e afronta ao princípio da legalidade, eis que as notificações se limitam às diferenças dos lançamentos contábeis no livro razão em relação à folha de pagamento para extrair o fato gerador da obrigação contributiva do FGTS, constituindo, ademais, verdadeira presunção. A defesa e o recurso administrativos, no entanto, foram indeferidos. Assim, com o encerramento do processo administrativo, em 22 de março de 2007, esses débitos foram inscritos na dívida ativa no valor total de R\$ 91.169, atualizado até 30 de junho de 2012, (R\$ 88.627 em 31 de dezembro de 2011). Em 23 de março de 2007, a controlada Eletropaulo ajuizou ação cautelar e obteve liminar, mediante apresentação de carta de fiança, suspendendo a exigibilidade deste débito até decisão final. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor acima.

### 21.16 PASEP - Suspensão de Exigibilidade

Trata-se de Mandado de Segurança apresentado com o objetivo de suspender a exigibilidade de supostos débitos de PASEP apurados no Processo Administrativo nº 10880.036851/90-51, bem como afastar todo e qualquer procedimento tendente à inscrição dos mesmos no CADIN e na Dívida Ativa da União Federal e, portanto, sua cobrança judicial. A liminar foi indeferida e o crédito inscrito na Dívida Ativa da União. Diante disto, a controlada Eletropaulo distribuiu Ação Cautelar, na qual foi deferida a medida liminar que suspendeu a exigibilidade do crédito mediante apresentação de fiança bancária. Contudo, foi proferida sentença julgando improcedente o pedido. A controlada Eletropaulo apresentou recurso contra tal decisão, o qual aguarda julgamento. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$ 33.974, atualizado até 30 de junho de 2012 (R\$33.526 em 31 de dezembro de 2011).

## Notas Explicativas

### 21.17 Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) - Execuções Fiscais

Referem-se a execuções fiscais promovidas pelo INSS visando o pagamento de suposta falta de recolhimento de contribuições previdenciárias, que totalizam o valor de R\$ 50.973, atualizado até 30 de junho de 2012 (R\$ 50.610, em 31 de dezembro de 2011). A controlada Eletropaulo apresentou embargos à execução para todos os processos, realizando, portanto, o depósito em garantia judicial. Não houve até o presente momento o julgamento das execuções. Os processos se referem aos seguintes aspectos, segregadamente:

(i) O processo nº 2004.61.82.030088-9 se refere à suposta falta de recolhimento de contribuição previdenciária relativa ao período de janeiro de 1998 até dezembro de 2001;

(ii) O processo nº 2007.61.82.001769-0 se refere à suposta falta de recolhimento de contribuições previdenciárias relativas à folha de salário do período de janeiro de 1999 a agosto de 2000;

(iii) Por fim, o processo nº 2004.61.82.050718-6 se refere à suposta falta de recolhimento da contribuição previdenciária relativa ao período de abril a agosto de 2001, assim como o mês de julho de 2002.

Caso sobrevenha decisão desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor acima.

## Notas Explicativas

### 21.18 CSLL - Base Negativa

A controlada Eletropaulo propôs Ação Declaratória em 7 de novembro de 2005 visando afastar a aplicação da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, que determinou que as empresas objeto de cisão não poderiam utilizar créditos de base negativa de CSLL. Ocorre que a controlada Eletropaulo já realizou a compensação dos créditos de base negativa de CSLL, no montante de R\$ 110.047, atualizado até 30 de junho de 2012 (R\$ 107.203 em 31 de dezembro de 2011), certa de que a Medida Provisória acima mencionada não teria efeito sobre tais créditos em razão do princípio da irretroatividade das normas. A sentença proferida em primeira instância foi favorável à controlada Eletropaulo. Isto porque, o saldo de base negativa em questão se refere ao montante apropriado pela controlada Eletropaulo após a cisão de 1997. Antes da referida cisão, a controlada Eletropaulo possuía um saldo de base negativa da CSLL no valor de R\$ 1.518.134, sendo que as empresas cindidas deliberaram sobre a proporção que cada uma iria se apropriar desse montante. De acordo com o Protocolo de Cisão, a controlada Eletropaulo se apropriou de 67,56% do montante (R\$ 1.023.407). As alegações da Receita Federal do Brasil são no sentido de que a controlada Eletropaulo apenas poderia utilizar o saldo negativo de base de cálculo na proporção do montante do patrimônio líquido dividido entre as empresas cindidas, o que representaria 29,23% do total dos créditos (R\$ 443.751). Tal argumento se baseia nas limitações impostas pelo Decreto-Lei 2.341/1987 e Medidas Provisórias 1.858-6/1999 e 2.158-35/2001, que determinam a apropriação dos créditos à proporção do patrimônio líquido. Por outro lado, o principal argumento de defesa da controlada Eletropaulo é no sentido de que, à época da cisão, essa limitação apenas era aplicável para fins de Imposto de Renda e não para a CSLL. Atualmente aguarda julgamento do Recurso interposto pela Fazenda Nacional. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor acima.

Em que pese a vigência de decisão favorável na Ação Declaratória, a Receita Federal do Brasil lavrou um Auto de Infração e proferiu um Despacho Decisório em face da controlada Eletropaulo com vistas à exigência dos eventuais valores de CSLL compensados nos 3º e 4º trimestre de 2005 e anos calendários de 2006 e 2007 com o saldo negativo da base de cálculo da CSLL remanescente após a cisão parcial da empresa ocorrida em 1997, o qual se encontra em discussão nos autos da supramencionada ação declaratória. Até o presente momento, não foi proferida qualquer decisão nos mencionados processos administrativos.

## Notas Explicativas

### 21.19 Execuções Fiscais Municipais - Diversas

Trata-se de Execuções Fiscais, promovidas por diversas Municipalidades que buscam o recolhimento de supostos débitos junto à controlada Eletropaulo. Do total envolvido que monta a R\$ 17.040, R\$ 14.225 são classificadas com chances de perdas remotas, e R\$ 2.815 como possíveis atualizado até 30 de junho de 2012.

### 21.20 PIS – Decretos-Lei nºs. 2.445/1988 e 2.449/1988

A controlada Eletropaulo é parte em um processo que visa assegurar o direito de compensar pagamentos de PIS feitos entre 1988 e 1995, período durante o qual os Decretos-Lei nº 2.445 e nº 2.449 aumentaram a base de cálculo do PIS. O montante total do crédito é de R\$ 276.000, dos quais já compensou R\$ 247.000, com base numa decisão inicial favorável proferida em setembro de 2002. Em fevereiro de 2003, o Governo Federal ingressou com recurso, que foi julgado e teve o respectivo acórdão publicado em 1º de fevereiro de 2006, por meio do qual restou reconhecido o direito da controlada Eletropaulo aos aludidos créditos, porém com a observância de prazo prescricional de apenas cinco anos. Como a decisão de Segunda Instância continha vícios, a controlada Eletropaulo opôs embargos de declaração, recebidos no efeito suspensivo. Tal decisão reduz drasticamente o crédito da Eletropaulo. Todavia, considerando a jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça - STJ, no sentido de que o prazo prescricional, em casos como esse é de 10 anos, a controlada Eletropaulo interpôs recurso especial ao STJ, visando a resgatar a integralidade de seu crédito. O recurso foi julgado parcialmente favorável, reconhecendo que a controlada poderá retroceder 10 anos em busca dos pagamentos indevidos para compensar créditos de PIS com débitos do próprio PIS. Com base em precedente do Supremo Tribunal Federal, os Decretos-Leis mencionados acima foram considerados inconstitucionais e os pagamentos a maior foram devolvidos como créditos aos contribuintes. As chances de perda envolvidas nesse processo são remotas, no que tange ao reconhecimento do crédito, e como possíveis quanto à compensação já ocorrida entre parte de tal crédito e outros tributos. Em maio de 2012 houve a decisão transitada em julgado favorável à controlada Eletropaulo quanto à discussão dos créditos. Restam ainda Execuções fiscais que tratam das compensações dos créditos discutidos nesta ação judicial, que mesmo se julgadas desfavoravelmente por alguma questão formal, o direito do crédito permanece assegurado por conta do trânsito em julgado, sendo que, neste cenário, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor de R\$ 38.969, atualizado até 30 de junho de 2012 (R\$ 38.969 em 31 de dezembro de 2011) relativo à eventual aplicação de multa de mora de 20%. A estimativa do valor a desembolsar refere-se unicamente a eventual multa, uma vez que o valor de tributo e juros a pagar e a recuperar seriam equivalentes.

## Notas Explicativas

### 21.21 PIS – Estatuto da Decadência

Discussão judicial relativa aos débitos de PIS decorrentes das modificações na base de cálculo deste tributo impostas pela Medida Provisória nº. 1.407/1996. Em abril de 1996, a controlada Eletropaulo propôs ação judicial visando à inaplicabilidade das normas instituídas por esta Medida Provisória, discussão que terminou somente em 2008 com decisão favorável à Fazenda Nacional. Valendo-se desta decisão, a Receita Federal, por meio de Execução Fiscal, exigiu o pagamento dos valores de PIS que deixaram de ser recolhidos em razão da não aplicação da mencionada legislação. Contudo, em oposição às pretensões da Receita Federal, a controlada Eletropaulo apresentou defesa sustentando que os valores pretendidos pela Fazenda Nacional encontram-se atingidos pela decadência, uma vez que durante os anos de 1996 e 2008, os débitos tributários não haviam sido formalmente constituídos, conforme prevê o artigo 142 do Código Tributário Nacional. Até o momento, aguarda-se decisão de 1ª Instância. Os assessores legais da controlada Eletropaulo consideram como possíveis as chances de perda desta discussão, razão pela qual não foi constituída provisão. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$ 252.138, atualizado até 30 de junho de 2012 (R\$ 245.209 em 31 de dezembro de 2011). O Escritório de Advocacia que patrocina a defesa da Eletropaulo classifica esta demanda judicial como de probabilidade de perda possível, sendo que tal classificação é baseada no fato de que o Superior Tribunal de Justiça ainda não ter se posicionado sobre o prazo decadencial a ser aplicado a casos similares.

## Notas Explicativas

### 21.22 Ação Civil Pública - Restabelecimento de Energia Elétrica

O Estado de São Paulo e a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON ajuizaram ação civil pública em 22 de junho de 2011 contra a controlada Eletropaulo, perante a Justiça Estadual do Estado de São Paulo, com fundamento na interrupção no fornecimento de energia no período entre os dias 7 e 9 de junho de 2011, quando a cidade de São Paulo foi atingida por um ciclone extratropical agravado por intensas chuvas. Essa ação visa obrigar a controlada Eletropaulo a restabelecer o fornecimento de energia no prazo máximo de 4 (quatro) horas no caso de interrupção; a conceder desconto de 2% na fatura de cada consumidor atingido por falha no fornecimento; a indenizar os consumidores pelos danos causados a aparelhos elétricos e bens perecíveis; e restabelecer a qualidade do fornecimento, nos moldes e índices definidos pela ANEEL, sem qualquer expurgo, sob pena de multa de 2% do faturamento mensal da controlada Eletropaulo. Por conta de um recurso apresentado pelos autores, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) concedeu liminar determinando à controlada Eletropaulo que, no caso de interrupção no fornecimento de energia elétrica procedesse com o restabelecimento dos serviços no prazo máximo de 4 (quatro) horas, sob pena de multa no montante de R\$ 500 por hora de atraso no restabelecimento. Após ser citada dos termos da ação e da liminar concedida, a controlada Eletropaulo apresentou recurso perante o Superior Tribunal de Justiça, o qual determinou a suspensão da liminar concedida pelo TJSP. Contra a decisão do STJ, o PROCON apresentou recurso em 10 de outubro de 2011, o qual restou rejeitado pelo próprio STJ em dezembro de 2011. Na ação civil pública, a controlada Eletropaulo apresentou sua contestação em 14 de outubro de 2011. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, em razão da atual situação do processo, não são passíveis de quantificação.

#### Cartas de fiança e caução

Em 30 de junho de 2012, a controlada Eletropaulo possuía cartas de fiança para possíveis perdas contingentes e para compra de energia. As principais cartas de fianças estão relacionadas abaixo:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	36	1.169.585	1,00% a 6,00%
Cível	3	5.787	1,65% a 2,00%
Trabalhista	16	29.609	1,00% a 6,00%
Comercial - Compra de energia	18	9.262	1,00%
Financeira	2	11.533	1,00% a 1,10%

## Notas Explicativas

### 22. Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher

	Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011
<b><u>CIRCULANTE</u></b>		
Conta de desenvolvimento energético - CDE	41.153	36.811
Quota para a CCC - sistemas isolados	54.348	54.348
Quota para a reserva global de reversão	8.988	10.650
Outras encargos	245	269
<b>Total</b>	<b>104.734</b>	<b>102.078</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>		
Quota para a reserva global de reversão	26.951	27.088
	<b>26.951</b>	<b>27.088</b>

### 23. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

	Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011
<b><u>CIRCULANTE</u></b>		
Pesquisa e desenvolvimento	7.848	13.113
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (*)	(735)	1.354
Ministério de Minas e Energia (*)	(368)	677
Eficiência energética	27.509	25.583
<b>Total</b>	<b>34.254</b>	<b>40.727</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>		
Pesquisa e desenvolvimento	37.993	35.919
Eficiência energética	17.911	40.783
<b>Total</b>	<b>55.904</b>	<b>76.702</b>

(\*) Os efeitos da revisão tarifária geraram valores a compensar, os quais serão utilizados no mês subsequente.

A movimentação de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética foi como segue:

	31.12.2011	Provisões	Pagamentos	Aplicações	Atualização monetária	30.06.2012
Pesquisa e desenvolvimento	49.032	6.614	-	(11.828)	2.023	45.841
Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico	1.354	6.615	(8.704)	-	-	(735)
Ministério de minas e energia	677	3.306	(4.351)	-	-	(368)
Eficiência energética	66.366	16.537	-	(39.868)	2.385	45.420
<b>Total</b>	<b>117.429</b>	<b>33.072</b>	<b>(13.055)</b>	<b>(51.696)</b>	<b>4.408</b>	<b>90.158</b>

## Notas Explicativas

### 24. Outras Obrigações

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
<b>CIRCULANTE</b>				
Devolução - Obrigações Vinculadas à Concessão	-	-	38.028	38.597
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip	-	-	45.613	45.851
Empréstimo Compulsório Eletrobrás	-	-	568	1.287
Pagamento em Duplicidade	-	-	16.781	14.794
Programa Baixa Renda	-	-	3.829	3.610
PIS/Cofins Diferença de Alíquota	-	-	2.525	6.676
Taxa de Fiscalização - ANEEL	-	-	2.031	2.031
MP 66 Tesouro Nacional	-	-	(1.103)	2.031
Ajuste de Faturas - Consumidores	-	-	10.282	8.931
Bônus Itaipu	-	-	2.539	2.423
Outras	451	450	31.419	46.013
<b>Total</b>	<b>451</b>	<b>450</b>	<b>152.512</b>	<b>172.244</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Adiantamento relacionado a venda de bens	-	-	66.022	47.613
Outras	-	-	6.378	7.823
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>72.400</b>	<b>55.436</b>

### 25. Patrimônio

#### 25.1 Capital social

Em 30 de junho de 2012, o capital social autorizado da Companhia totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 958.782, integralmente representado por 95.061.053, ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal (R\$ 958.782 representado por 95.061.053 ações em 31 de dezembro de 2011).

No semestre findo em 30 de junho de 2012 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não houve emissão ou resgate de ações.

#### 25.2 Composição acionária

	30.06.2012	
	Ordinárias	
	Quantidade	%
<b>Acionistas</b>		
Companhia Brasileira de Energia	93.404.099	98,26
Outros	1.656.954	1,74
<b>Total das ações</b>	<b>95.061.053</b>	<b>100</b>

#### 25.3 Reserva de Lucros

##### 25.3.1 Reserva legal

De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos.

## Notas Explicativas

### 25.3.2 Reserva Estatutária

Conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2011, foi aprovada a modificação do Estatuto Social da Companhia, com a criação de Reserva Especial para reforço do capital de giro e financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia. A Administração pode propor à deliberação da Assembléia Geral a destinação de até 75% do lucro líquido ajustado. O saldo da referida reserva em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.

### 25.4 Ajustes de avaliação patrimonial

Em 30 de junho de 2012, o saldo dos ajustes de avaliação patrimonial era composto pela mais valia dos ativos registrados na controlada Eletropaulo em 2007, e pela atualização dos bens do ativo financeiro de concessão da controlada Eletropaulo. Em 30 de junho de 2012 o saldo do ajuste de avaliação patrimonial relacionado com a mais valia dos ativos (líquido de imposto de renda e contribuição social) é no montante de R\$ 235.407 (R\$ 232.629 em 31 de dezembro de 2011). O saldo do ajuste de avaliação patrimonial relacionado com o valor justo dos bens do ativo financeiro de concessão (líquido de imposto de renda e contribuição social) é no montante negativo de R\$ 13.366 (R\$ 22.577 em 31 de dezembro de 2011). Os saldos estão sendo apresentados líquidos do imposto de renda e contribuição social, conforme segue.

	%	30.06.2012	31.12.2011
Mais valia dos ativos registrados na controlada Eletropaulo em 2007 - Líquido de imposto de renda e contribuição social		760.112	751.144
Participação da Companhia na controlada Eletropaulo	30,97%	235.407	232.629
Atualização dos bens do ativo financeiro de concessão na controlada Eletropaulo - Líquido de imposto de renda e contribuição social		(43.160)	72.900
Participação da Companhia na controlada Eletropaulo	30,97%	(13.366)	22.577
<b>Total dos ajustes de avaliação patrimonial</b>		<b>222.041</b>	<b>255.206</b>

## 26. Resultado por Ação

	1.4.2012 a 30.6.2012	1.1.2012 a 30.6.2012	1.4.2011 a 30.6.2011	1.1.2011 a 30.6.2011
<b>Numerador:</b>				
Lucro (Prejuízo) líquido do período de operações continuadas	(3.999)	17.657	50.698	126.886
Lucro líquido do período de operações descontinuadas	-	-	11.955	19.736
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(3.999)	17.657	62.653	146.622
<b>Denominador (em milhares de ações):</b>				
Média ponderada do número de ações ordinárias	95.061	95.061	95.061	95.061
<b>Lucro por ação</b>				
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação ordinária de operações continuadas	(0,04207)	0,18574	0,53330	1,33480
Lucro básico e diluído por ação ordinária de operações descontinuadas	-	-	0,12580	0,20760
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação ordinária - Lucro (Prejuízo) líquido do período	(0,04207)	0,18574	0,65910	1,54240

## Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2012 e 2011, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações.

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão destas informações contábeis.

## 27. Receita Operacional Líquida

No Trimestre	Consolidado					
	1.4.2012 a 30.6.2012			1.4.2011 a 30.6.2011		
	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$
<b>Receita de Prestação de Serviço de Distribuição de Energia Elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores:</b>						
Residencial	6.031.270	4.338.563	1.715.822	5.828.666	4.052.520	1.584.526
Industrial	28.117	1.464.777	492.751	28.616	1.512.504	509.166
Comercial	340.561	2.965.093	1.051.091	345.288	2.878.784	1.029.019
Rural	786	8.177	895	773	7.427	871
<b>Poder Público:</b>						
Federal	1.295	45.969	16.034	1.297	42.673	15.224
Estadual	4.276	167.679	48.649	4.192	161.711	47.715
Municipal	9.583	119.868	45.736	9.115	112.565	43.553
Iluminação pública	1.860	229.302	48.686	1.618	210.151	42.090
Serviço público	1.313	175.784	47.707	1.271	159.247	44.848
Encargo de capacidade emergencial	-	-	1	-	-	-
Remuneração do ativo financeiro	-	-	46.058	-	-	42.362
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(1.844.026)	-	-	(1.807.406)
<b>Subtotal - Fornecimento</b>	<b>6.419.061</b>	<b>9.515.212</b>	<b>1.669.404</b>	<b>6.220.836</b>	<b>9.137.582</b>	<b>1.551.968</b>
<b>Outras</b>						
PIS/Cofins diferença de alíquota	-	-	(3.558)	-	-	(20.522)
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda (**)	-	-	(8.667)	-	-	-
Transferência para obrigações especiais - excedente de reativos (**)	-	-	(17.842)	-	-	-
Não faturado	-	-	(87.927)	-	-	(12.695)
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	387	2.013.693	203.568	289	2.108.950	199.148
Transferência para atividades de distribuição	-	-	1.844.026	-	-	1.807.406
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda - TUSD (**)	-	-	(840)	-	-	-
Transferência para obrigações especiais - excedente de reativos - TUSD (**)	-	-	(1.552)	-	-	-
Remuneração do ativo financeiro - TUSD	-	-	3.747	-	-	2.755
Energia no curto prazo	-	-	44.219	-	-	9.776
Receita de construção	-	-	165.558	-	-	160.345
Outras receitas	-	-	27.598	-	-	34.306
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>6.419.448</b>	<b>11.528.905</b>	<b>3.837.734</b>	<b>6.221.125</b>	<b>11.246.532</b>	<b>3.732.487</b>
Quota para reserva global de reversão	-	-	(17.118)	-	-	(28.978)
Encargo de capacidade emergencial	-	-	(1)	-	-	-
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(11.093)	-	-	(21.200)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	(123.460)	-	-	(110.432)
Conta de consumo de combustível - CCC	-	-	(163.046)	-	-	(149.333)
Encargos do consumidor - proinfa	-	-	(10.531)	-	-	(11.434)
Encargos do consumidor Lei nº 12.111	-	-	(3.328)	-	-	(6.360)
ICMS	-	-	(724.318)	-	-	(687.936)
Cofins - corrente	-	-	(273.686)	-	-	(267.542)
Pis - corrente	-	-	(59.419)	-	-	(58.084)
ISS	-	-	(203)	-	-	(253)
<b>Deduções a Receita a Bruta</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.386.203)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.341.552)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>6.419.448</b>	<b>11.528.905</b>	<b>2.451.531</b>	<b>6.221.125</b>	<b>11.246.532</b>	<b>2.390.935</b>



## Notas Explicativas

- (\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.
- (\*\*) Veja informações sobre o contrato com a Tietê na nota nº 32 – Partes Relacionadas.

### 29. Custo de Operação – Outros Custos

	Consolidado			
	1.4.2012 a 30.6.2012	1.1.2012 a 30.6.2012	1.4.2011 a 30.6.2011	1.1.2011 a 30.6.2011
Ganhos na alienação de bens e direitos	706	(461)	1.878	628
Arrendamentos e aluguéis	2.702	6.318	2.837	5.898
Seguros	854	1.625	717	1.423
Tributos	7.344	14.957	6.437	13.530
Doações, contribuições e subvenções	700	1.087	826	1.619
RTE	-	-	-	(755)
(-) Recuperação de despesas	(7.481)	(12.930)	(10.666)	(17.209)
Tarifa bancária	11.205	22.551	11.440	22.611
Custas judiciais	14.653	19.101	5.374	7.501
Publicidade	3.957	11.002	7.434	9.590
Responsabilidade social	520	1.219	575	939
Ganhos e perdas no contas a receber	25.995	49.824	17.758	30.107
Perdas na desativação de bens e direitos	7.244	32.841	2.792	5.728
Consumo próprio de energia	3.347	6.577	3.463	13.503
Baixa do ativo financeiro de concessão	2.862	5.854	63	205
Créditos de PIS e COFINS	(66)	(137)	(71)	(166)
Outros	9.754	15.653	5.651	10.597
<b>Total</b>	<b>84.296</b>	<b>175.081</b>	<b>56.508</b>	<b>105.749</b>

### 30. Resultado Financeiro

	Controladora				Consolidado			
	1.4.2012 a 30.6.2012	1.1.2012 a 30.6.2012	1.4.2011 a 30.6.2011	1.1.2011 a 30.6.2011	1.4.2012 a 30.6.2012	1.1.2012 a 30.6.2012	1.4.2011 a 30.6.2011	1.1.2011 a 30.6.2011
<b>Receitas Financeiras</b>								
Renda de aplicações financeiras	248	334	276	332	31.099	75.712	37.715	82.289
Acréscimo moratório - consumidores	-	-	-	-	21.373	41.330	21.697	41.770
Multas	-	-	-	-	1.219	3.349	739	4.006
Subvenções governamentais	-	-	-	-	71	77	-	-
Outras	1.199	1.506	297	562	7.102	11.217	6.672	10.927
<b>Total</b>	<b>1.447</b>	<b>1.840</b>	<b>573</b>	<b>894</b>	<b>60.864</b>	<b>131.685</b>	<b>66.823</b>	<b>138.992</b>
<b>Despesas Financeiras</b>								
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda nacional	-	-	-	-	(77.551)	(165.925)	(88.263)	(173.606)
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda estrangeira	-	-	-	-	53	108	32	93
Transferido para o custo das imobilizações em curso	-	-	-	-	1.643	4.715	8.889	18.505
Juros sobre PIS/Pasep e Cofins	-	-	-	-	-	-	745	745
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	-	-	-	-	(8.722)	(37.460)	(9.895)	(31.129)
Ganhos e perdas em investimentos	-	-	-	-	(10.906)	(10.906)	(16.118)	(16.118)
Outras	(238)	(502)	(269)	(493)	(10.763)	(16.930)	(10.332)	(17.808)
<b>Total</b>	<b>(238)</b>	<b>(502)</b>	<b>(269)</b>	<b>(493)</b>	<b>(106.246)</b>	<b>(226.398)</b>	<b>(114.942)</b>	<b>(219.318)</b>
<b>Variações Monetárias e Cambiais Líquidas</b>								
Variações monetárias - Moeda nacional	-	-	-	-	13.633	25.628	14.292	38.168
Variação monetária sobre P&D e Eficiência Energética	-	-	-	-	(1.928)	(4.408)	(3.996)	(7.764)
Variação monetária sobre depósitos judiciais	-	-	-	-	9.585	18.383	9.565	18.629
Variação cambial Itaipu	-	-	-	-	(15.395)	(12.246)	3.266	4.775
Variações cambiais - Outras	-	-	-	-	215	113	(449)	(515)
Intangível em curso	-	-	-	-	(788)	(1)	17	30
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.322</b>	<b>27.469</b>	<b>22.695</b>	<b>53.323</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>1.209</b>	<b>1.338</b>	<b>304</b>	<b>401</b>	<b>(40.060)</b>	<b>(67.244)</b>	<b>(25.424)</b>	<b>(27.003)</b>

### 31. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos diferidos relativos a provisões temporariamente indedutíveis, prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e reserva de reavaliação são registrados nas contas patrimoniais (nota nº 7). A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

## Notas Explicativas

Acumulado	Controladora				Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	1.1.2012 a 30.6.2012	1.1.2011 a 30.6.2011	1.1.2012 a 30.6.2012	1.1.2011 a 30.6.2011	1.1.2012 a 30.6.2012	1.1.2011 a 30.6.2011	1.1.2012 a 30.6.2012	1.1.2011 a 30.6.2011
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>								
<b>Na rubrica de tributos:</b>								
Correntes	(4)	-	(2)	-	(386)	(167.415)	411	(61.411)
Diferidos	(124)	36	(45)	(193)	(68.322)	(33.217)	(24.596)	(12.164)
<b>Total</b>	<b>(128)</b>	<b>36</b>	<b>(47)</b>	<b>(193)</b>	<b>(68.708)</b>	<b>(200.632)</b>	<b>(24.185)</b>	<b>(73.575)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:</b>								
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>17.832</b>	<b>127.043</b>	<b>17.832</b>	<b>127.043</b>	<b>225.733</b>	<b>771.406</b>	<b>225.733</b>	<b>771.406</b>
<b>Adições (exclusões):</b>								
Doações	-	-	-	-	1.527	998	1.527	998
Gratificação a administradores - parcela não dedutível	-	-	-	-	1.627	2.757	1.627	2.757
Perdas indedutíveis no contas a receber	-	-	-	-	2.905	-	2.905	-
Perdas de Capital - Baixa de Imobilizado	-	-	-	-	5.637	2.850	5.637	2.850
Multas indedutíveis	-	-	-	-	1.074	1.076	1.074	1.076
Resultado de equivalência patrimonial	(40.770)	(150.850)	(40.770)	(150.850)	-	-	-	-
Amortizações	22.973	22.973	22.973	22.973	22.973	22.973	22.973	22.973
Outros	1	10	1	10	11.828	17.608	11.840	19.890
<b>Total das adições (exclusões)</b>	<b>(17.796)</b>	<b>(127.867)</b>	<b>(17.796)</b>	<b>(127.867)</b>	<b>47.571</b>	<b>48.262</b>	<b>47.583</b>	<b>50.544</b>
Base de cálculo antes da compensação	36	(824)	36	(824)	273.304	819.668	273.316	821.950
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(11)	247	(11)	247	-	-	-	-
Base de cálculo	25	(577)	25	(577)	273.304	819.668	273.316	821.950
Alíquota nominal	15%	25%	9%	25%	25%	25%	9%	25%
<b>Despesa com tributos às alíquotas nominais</b>	<b>(4)</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>(68.326)</b>	<b>(204.917)</b>	<b>(24.598)</b>	<b>(73.976)</b>
Incentivos	-	-	-	-	-	3.161	-	-
Compensação de base de cálculo	-	-	-	-	-	12	-	-
Baixa IR/CS sobre PSAAP	-	-	-	-	-	-	479	-
Ajuste - IRPJ/CSLL 2010	-	-	-	-	(256)	-	(92)	-
Ajuste - IRPJ/CSLL 2011	-	-	-	-	(126)	1.112	26	401
<b>Total da (despesa) receita com tributos (*)</b>	<b>(4)</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>(68.708)</b>	<b>(200.632)</b>	<b>(24.185)</b>	<b>(73.575)</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30,4%</b>	<b>26,0%</b>	<b>10,7%</b>	<b>9,5%</b>

No Trimestre	Controladora				Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	1.4.2012 a 30.6.2012	1.4.2011 a 30.6.2011	1.4.2012 a 30.6.2012	1.4.2011 a 30.6.2011	1.4.2012 a 30.6.2012	1.4.2011 a 30.6.2011	1.4.2012 a 30.6.2012	1.4.2011 a 30.6.2011
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>								
<b>Na rubrica de tributos:</b>								
Correntes	(4)	-	(2)	-	67.974	(86.389)	25.633	(31.656)
Diferidos	(59)	92	(22)	(173)	(96.008)	(11.411)	(34.563)	(4.314)
<b>Total</b>	<b>(63)</b>	<b>92</b>	<b>(24)</b>	<b>(173)</b>	<b>(28.034)</b>	<b>(97.800)</b>	<b>(8.930)</b>	<b>(35.970)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:</b>								
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>(3.912)</b>	<b>50.779</b>	<b>(3.912)</b>	<b>50.779</b>	<b>72.065</b>	<b>360.765</b>	<b>72.065</b>	<b>360.765</b>
<b>Adições (exclusões):</b>								
Doações	-	-	-	-	742	668	742	668
Gratificação a administradores - parcela não dedutível	-	-	-	-	558	211	558	211
Perdas indedutíveis no contas a receber	-	-	-	-	2.905	-	2.905	-
Perdas de Capital - Baixa de Imobilizado	-	-	-	-	5.637	2.109	5.637	2.109
Multas indedutíveis	-	-	-	-	976	838	976	838
Resultado de equivalência patrimonial	(6.636)	(62.976)	(6.636)	(62.976)	-	-	-	-
Amortizações	11.487	11.487	11.487	11.487	11.487	11.487	11.487	11.487
Outros	5	19	5	19	10.452	25.748	10.458	28.039
<b>Total das adições (exclusões)</b>	<b>4.856</b>	<b>(51.470)</b>	<b>4.856</b>	<b>(51.470)</b>	<b>32.757</b>	<b>41.061</b>	<b>32.763</b>	<b>43.352</b>
Base de cálculo antes da compensação	944	(691)	944	(691)	104.822	401.826	104.828	404.117
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(11)	-	(11)	-	-	-	-	-
Base de cálculo	933	(691)	933	(691)	104.822	401.826	104.828	404.117
Alíquota nominal	25%	25%	9%	25%	25%	25%	9%	25%
<b>Despesa com tributos às alíquotas nominais</b>	<b>(4)</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>(26.206)</b>	<b>(100.457)</b>	<b>(9.435)</b>	<b>(36.371)</b>
Incentivos	-	-	-	-	(1.695)	1.539	-	-
Compensação de base de cálculo	-	-	-	-	(6)	6	-	-
Baixa IR/CS sobre PSAAP	-	-	-	-	-	-	479	-
Ajuste - IRPJ/CSLL 2010	-	-	-	-	(256)	-	(92)	-
Ajuste - IRPJ/CSLL 2011	-	-	-	-	129	1.112	118	401
<b>Total da (despesa) receita com tributos (*)</b>	<b>(4)</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>(28.034)</b>	<b>(97.800)</b>	<b>(8.930)</b>	<b>(35.970)</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>38,9%</b>	<b>27,1%</b>	<b>12,4%</b>	<b>10,0%</b>

(\*) A Companhia apurou no trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2011 prejuízos fiscais e bases negativas nos montantes de R\$ 691 e R\$ 824, respectivamente, desta forma, não havendo imposto de renda e contribuição social correntes a pagar. Contudo, a Companhia efetuou o registro dos impostos diferidos passivos nos montantes de R\$ 81 e R\$ 157 no trimestre e semestre, respectivamente.

A companhia apurou no semestre findo em 30 de junho de 2012 imposto de renda e contribuição social a pagar, desta forma, revertendo as bases negativas do primeiro trimestre de 2012. A Companhia efetuou o registro dos impostos diferidos passivos nos montantes de R\$ 81 e R\$ 169 no trimestre e semestre, respectivamente.

## Notas Explicativas

Em 2009, foi sancionada a Lei nº 11.941/2009, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 449/2008, criando o chamado Regime Tributário de Transição (“RTT”), o qual, em síntese, busca neutralizar os impactos da adoção das novas práticas contábeis instituídos pela Lei nº 11.638/2007 e pelos artigos 37 e 38 da própria Lei nº 11.941/2009. Para os anos-calendário de 2008 e 2009, o RTT foi optativo e passou a ser obrigatório a partir do ano-calendário de 2010.

A Companhia e sua controlada optaram pelo Regime Tributário de Transição, e desde 2008 vem registrando imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes oriundos da adoção das novas práticas contábeis (CPC’s), não gerando impactos de caixa. Tal regime vigorará até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis, a qual ainda não tem previsão.

### 32. Partes Relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Companhia Brasileira de Energia (Brasiliiana), a qual, por sua vez, é uma controlada indireta da AES Corp.. A Brasiliiana é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objetivo exercer o controle, além do controle indireto da Companhia, das seguintes empresas operacionais: AES Tietê S.A. (Tietê), e AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. (“Uruguaiana S.A.”), mediante participação direta no capital dessas sociedades.

Adicionalmente, a Brasiliiana detém o controle de uma comercializadora de energia elétrica (AES Infoenergy Ltda.). Os investimentos detidos pela Brasiliiana em duas empresas de telecomunicações (Eletropaulo Telecomunicações Ltda. e AES Com Rio) foram vendidos em 31 de outubro de 2011.

#### 32.1 Seguem abaixo os saldos entre partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
<b>Ativo Circulante</b>				
Companhia Brasileira de Energia (ii)	-	-	14.686	14.184
AES Sul - Outros créditos	-	-	2.759	2.759
AES Infoenergy - Outros créditos	-	-	38	37
	-	-	<b>17.483</b>	<b>16.980</b>
<b>Passivo Circulante</b>				
Companhia Brasileira de Energia - Juros sobre o capital próprio	-	17.529	-	20.391
Companhia Brasileira de Energia - Dividendos	-	-	-	5.901
AES Tietê - nota nº 15 (i)	-	-	213.700	237.315
	-	<b>17.529</b>	<b>213.700</b>	<b>263.607</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>				
Companhia Brasileira de Energia (iv)	429.200	429.200	429.200	429.200
	<b>429.200</b>	<b>429.200</b>	<b>429.200</b>	<b>429.200</b>
<b>Resultado</b>				
AES Tietê - nota 28 (i)	-	-	(985.063)	(804.667)
AES Big Sky (iii)	-	-	(82)	(3.490)
Companhia Brasileira de Energia (ii)	-	-	502	-
Eletropaulo Telecomunicações - Outras receitas (*)	-	-	-	1.917
Eletropaulo Telecomunicações - Serviços de terceiros (*)	-	-	-	(1.919)
	-	-	<b>(984.643)</b>	<b>(808.159)</b>

## Notas Explicativas

(\*) A Eletropaulo Telecomunicações Ltda. deixou de ser uma empresa do grupo AES Brasil em 31 de outubro de 2011.

(i) Em dezembro de 2000, a controlada Eletropaulo assinou contrato de compra e venda de energia elétrica com a empresa coligada Tietê, pelo prazo de quinze anos. De acordo com esse contrato, a controlada Eletropaulo passou a comprar a partir de 2003 da Tietê a energia correspondente à redução de 25% ao ano nas quantidades dos contratos iniciais. Prazo de vigência deste contrato é 31 de dezembro de 2015.

Esse contrato foi homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O preço médio no semestre findo em 30 de junho de 2012 é de R\$ 173,68 por MWh (R\$ 159,85 por MWh para o semestre findo em 30 de junho de 2011). Este contrato é atualizado anualmente pelo IGP-M.

- (ii) Refere-se ao montante a receber da Companhia Brasileira relativo a venda da Eletropaulo Telecomunicações Ltda. para a Tim Celular S.A..
- (iii) Refere-se ao valor da contratação da prestação de serviços de processamento e operacionalização da gestão de sistemas informatizados e integrados com a empresa coligada AES Big Sky.
- (iv) Refere-se a valores devidos a controladora em função da reestruturação societária do Grupo AES, os quais deverão ser objeto de capitalização e/ou compensação com prejuízos acumulados. Esses valores não estão sujeitos à atualização monetária e prazo de vencimento.

32.2 De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas estão divulgando a remuneração de sua Alta Administração. Nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, a remuneração foi conforme segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	1.1.2012 a 30.6.2012	1.1.2011 a 30.6.2011	1.1.2012 a 30.6.2012	1.1.2011 a 30.6.2011
Benefícios de curto prazo (a)	43	-	5.423	4.648
Benefícios pós-emprego (b)	-	-	106	74
Outros benefícios de longo prazo (c)	-	-	132	159
Remuneração baseada em ações (d)	-	-	443	489
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>-</b>	<b>6.104</b>	<b>5.370</b>

A remuneração da Alta Administração inclui os montantes relativos à AES Com Rio para o semestre findo em 30 de junho de 2011.

- a) Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- b) Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;

## Notas Explicativas

- c) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas;
- d) São benefícios a empregados relacionados com pagamentos baseados em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais.

A remuneração da alta administração da Companhia e suas controladas é determinada por um comitê de remuneração, sendo consideradas as performances individuais e as tendências de mercado.

### 33. Seguros

Em 30 de junho de 2012, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia e sua controlada para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Risco	Data de Vigencia		Importância Segurada
	de	até	
Riscos Operacionais	1-abr-2012	1-abr-2013	R\$ 1.780.000
Vida em Grupo	1-nov-2011	1-nov-2012	25 X salário, limitado a R\$ 1.300
Responsabilidade Civil Geral	1-jun-2012	1-jun-2013	R\$ 30.000
Frota veículos - RCF	31-ago-2011	31-ago-2012	RCFV Garantia Única R\$ 1.000

O escopo dos trabalhos dos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e sua controlada e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

### 34. Instrumentos Financeiros

#### 34.1 Considerações Gerais

A Companhia e sua controlada mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia e sua controlada limitam os seus riscos de crédito através da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade na rubrica dos seguintes instrumentos financeiros:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota nº 4);
- Investimentos de curto prazo (nota nº 4);
- Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota nº 5);

## Notas Explicativas

- d) Serviços prestados;
- e) Contas a receber - Acordos (nota nº 8);
- f) Cauções e depósitos vinculados; (nota nº 21);
- g) Ativo financeiro de concessão (nota nº 11);
- h) Fornecedores (nota nº 15);
- i) Empréstimos, financiamentos e debêntures e encargos (nota nº 17);
- j) Subvenções governamentais; (nota nº 18);
- k) Dividendos declarados e juros sobre capital próprio;
- l) Encargos tarifários e do consumidor a receber (nota nº 22);

### 34.2 Instrumentos Financeiros por Categoria

Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

Consolidado			
30.06.2012			
Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Total
<b>ATIVO</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	-	82.083	82.083
Investimentos de curto prazo	-	1.012.024	1.012.024
Consumidores, concessionárias e permissionárias (*)	1.561.789	-	1.561.789
Serviços prestados a terceiros - Faturados (*)	14.674	-	14.674
Prefeitura Municipal de São Paulo - acordos (*)	75.453	-	75.453
Prefeituras municipais diversas - acordos (*)	90.035	-	90.035
Consumidores - acordos (*)	213.643	-	213.643
Cauções e depósitos vinculados (*)	511.491	-	511.491
Ativo financeiro de concessão	-	1.034.935	1.034.935
<b>Total</b>	<b>2.467.085</b>	<b>2.129.042</b>	<b>4.596.127</b>
<b>PASSIVO</b>			
Fornecedores (*)	-	1.123.605	1.123.605
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	3.039.951	3.039.951
Encargos	-	51.160	51.160
Subvenções governamentais	-	1.640	1.640
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio (*)	-	22.956	22.956
Encargos tarifários e do consumidor a recolher (*)	-	131.685	131.685
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>4.370.997</b>	<b>4.370.997</b>

Consolidado			
31.12.2011			
Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Total
<b>ATIVO</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	-	162.995	162.995
Investimentos de curto prazo	-	1.232.561	1.232.561
Consumidores, concessionárias e permissionárias (*)	1.520.600	-	1.520.600
Serviços prestados a terceiros - Faturados (*)	15.066	-	15.066
Prefeitura Municipal de São Paulo - acordos (*)	75.453	-	75.453
Prefeituras municipais diversas - acordos (*)	99.151	-	99.151
Consumidores - acordos (*)	177.694	-	177.694
Cauções e depósitos vinculados (*)	493.064	-	493.064
Ativo financeiro de concessão	-	1.041.813	1.041.813
<b>Total</b>	<b>2.381.028</b>	<b>2.437.369</b>	<b>4.818.397</b>
<b>PASSIVO</b>			
Fornecedores (*)	-	1.063.104	1.063.104
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	2.436.911	2.436.911
Encargos	-	59.074	59.074
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio (*)	-	170.829	170.829
Encargos tarifários e do consumidor a recolher (*)	-	129.166	129.166
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>3.859.084</b>	<b>3.859.084</b>

(\*) Os valores contábeis destas rubricas se aproximam de seus valores justos.

### 34.3 Valor justo e mensuração

Os instrumentos financeiros ativos e passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados a seguir:

## Notas Explicativas

	Consolidado				
	30.06.2012				
	Valor Justo		Mensuração		
Valor Contábil	Valor de Mercado	Nível I	Nível II	Nível III	
<b>ATIVO</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	82.083	82.083	58.385	23.698	-
Investimentos de curto prazo	1.012.024	1.012.024	-	1.012.024	-
Ativo financeiro de concessão	1.034.935	1.034.935	-	1.034.935	-
<b>Total</b>	<b>2.129.042</b>	<b>2.129.042</b>	<b>58.385</b>	<b>2.070.657</b>	<b>-</b>
<b>PASSIVO</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.039.951	3.039.951	-	3.039.951	-
Encargos	51.160	47.090	-	47.090	-
Subvenções governamentais	1.640	1.640	-	1.640	-
<b>Total</b>	<b>3.092.751</b>	<b>3.088.681</b>	<b>-</b>	<b>3.088.681</b>	<b>-</b>

	Consolidado				
	31.12.2011				
	Valor Justo		Mensuração		
Valor Contábil	Valor de Mercado	Nível I	Nível II	Nível III	
<b>ATIVO</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	162.995	162.995	54.835	108.160	-
Investimentos de curto prazo	1.232.561	1.232.561	-	1.232.561	-
Ativo financeiro de concessão	1.041.813	1.041.813	-	1.041.813	-
<b>Total</b>	<b>2.437.369</b>	<b>2.437.369</b>	<b>54.835</b>	<b>2.382.534</b>	<b>-</b>
<b>PASSIVO</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.436.911	2.449.612	-	2.449.612	-
Encargos	59.074	71.775	-	71.775	-
Subvenções governamentais	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.495.985</b>	<b>2.521.387</b>	<b>-</b>	<b>2.521.387</b>	<b>-</b>

Mensuração do valor justo, a Companhia e sua controlada classificam e divulgam os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos
- Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Técnicas de Nível II são utilizadas na mensuração de todos os investimentos de curto prazo e empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia e sua controlada.

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

## Notas Explicativas

### 34.4 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros derivativos (consolidado)

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, principalmente aqueles representados por operações com derivativos.

#### Análise de sensibilidade dos investimentos de curto prazo

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos investimentos de curto prazo ao qual a Companhia e sua controlada estavam expostas na data base de 30 de junho de 2012, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 29 de junho de 2012 foi extraída a projeção do indexador SELIC/CDI para o ano de 2012 e este definido como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2012 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Indexador	Cenário I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV	
Selic / CDI	4,17	6,25	8,33	10,41	12,50	
<b>Consolidado</b>	<b>30.06.2012</b>					
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	23.698					
Títulos e valores mobiliários (investimentos de curto prazo)	22.138					
Aplicações financeiras (investimentos de curto prazo)	989.886					
Operação	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	CDI	987	1.481	1.974	2.468	2.961
Títulos e valores mobiliários (investimentos de curto prazo)	CDI	922	1.383	1.844	2.305	2.766
Aplicações financeiras (investimentos de curto prazo)	CDI	41.229	61.843	82.458	103.072	123.686
<b>Total</b>		<b>43.138</b>	<b>64.707</b>	<b>86.276</b>	<b>107.845</b>	<b>129.413</b>

#### Análise de sensibilidade das dívidas

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a controlada Eletropaulo estava exposta na data base de 30 de junho de 2012, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 29 de junho de 2012, foi extraída a projeção dos indexadores CDI / DOLAR, todos para o ano de 2012 e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

## Notas Explicativas

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2012. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2012, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Taxa de juros	Posição em 30.06.2012	Projeção Despesas Financeiras - Ano 2012				
			Cenário I	Cenário II	Cenário	Cenário III	Cenário IV
			(- 50%)	(-25%)	Provável	(+25%)	(+ 50%)
<b>DIVIDAS EM REAIS COM TAXA PRE-FIXADA</b>							
RELUZ - Eletrobrás - SBC	5,00% a.a.	2.642	NA	NA	NA	NA	NA
BNDES - Finame	8,7% a.a.	4.583	NA	NA	NA	NA	NA
FINEP	4,00% a.a.	6.867	NA	NA	NA	NA	NA
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>			<b>0,9550</b>	<b>1,4325</b>	<b>1,9100</b>	<b>2,3875</b>	<b>2,8650</b>
STN - Resolução 96/93	6,00% a.a.	45	(24)	(12)	-	12	24
<b>CDI</b>			<b>4,17%</b>	<b>6,25%</b>	<b>8,33%</b>	<b>10,41%</b>	<b>12,50%</b>
Debêntures - 9ª Emissão	CDI+1,75% a.a.	250.000	14.982	20.273	25.564	30.855	36.172
Debêntures - 10ª Emissão	CDI+0,90% a.a.	399.960	20.428	28.822	37.216	45.610	54.045
Debêntures - 11ª Emissão	CDI+1,75% a.a.	200.000	11.986	16.219	20.452	24.684	28.938
Debêntures - 12ª Emissão	CDI+1,25% a.a.	400.000	21.889	30.313	38.737	47.161	55.625
Debêntures - 13ª Emissão	CDI+1,50% a.a.	400.000	22.930	31.375	39.820	48.265	56.750
Debêntures - 14ª Emissão	CDI+1,50% a.a.	600.000	34.395	47.063	59.730	72.397	85.125
Cêdulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's)	CDI+1,20% a.a.	150.000	8.130	11.288	14.445	17.602	20.775
Cêdulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's)	CDI+1,50% a.a.	600.000	34.395	47.063	59.730	72.397	85.125
<b>TOTAL</b>			<b>169.136</b>	<b>232.414</b>	<b>295.693</b>	<b>358.971</b>	<b>422.554</b>

### 34.5 Estrutura de Gerenciamento de Riscos

Em sua estrutura, a controlada Eletropaulo conta com a Gerência de Análises Contábeis e Riscos que tem como principais atribuições garantir a adequada operacionalização dos controles voltados às demonstrações financeiras, bem como auxiliar na revisão de processos de maneira a assegurar que as políticas, procedimentos e normas internas em geral estabeleçam controles e níveis de aprovação de desembolsos adequados.

A controlada Eletropaulo conta também com uma Diretoria de Auditoria Interna, que atua em quatro segmentos: operacional, financeiro, tecnologia da informação e forense. A primeira avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da controlada Eletropaulo, a segunda avalia as demonstrações financeiras, a terceira os controles de segurança da informação e a investigação de possíveis fraudes e irregularidades, ambas em conformidade com a Lei Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações financeiras e processos da controlada Eletropaulo. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas através de ação estabelecida pelos responsáveis de processos e sua implementação devidamente acompanhada pela área de Auditoria Interna.

## Notas Explicativas

Os principais controles que impactam as demonstrações financeiras da controlada Eletropaulo são revistos a cada quatro meses com base em testes de eficácia. No caso de identificação de eventuais pontos de melhoria sobre esses controles, a controlada Eletropaulo elabora um plano de ação com o intuito de implementá-los, com definição de prazos e alocação de responsabilidades para colocar em prática a melhoria desses controles de forma efetiva.

Outro aspecto relevante de controle interno, diz respeito à segregação de funções, que é objeto de constante monitoramento através de sistema especializado.

O plano de auditoria é aprovado e monitorado pelo comitê de auditoria da AES Corporation, bem como os planos de ação para regularização de potenciais melhorias em base trimestral. O plano de auditoria também é apresentado aos Conselhos de Administração e Fiscal. Além disso, os resultados das auditorias são periodicamente informados ao Conselho Fiscal para acompanhamento.

### 34.6 Risco resultantes de instrumentos financeiros

#### 34.6.1 Risco de crédito

##### 34.6.1.1 Contas a receber

A controlada Eletropaulo está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a controlada Eletropaulo tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas.

##### 34.6.1.2 Equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e sem estabelecimentos de limites de concentração.

## Notas Explicativas

A controlada Eletropaulo atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

### 34.6.2 Riscos de taxa de juros e indexadores

A controlada Eletropaulo possui empréstimos relevantes remunerados pela variação do DI, acrescidos de juros contratuais entre 0,90% a 1,75% ao ano. Também possui contrato de dívida com a Fundação CESP que é atualizado por TR acrescido de 8% ao ano ou IGPDI + 6%, dos dois o maior. Conseqüentemente, o resultado da Companhia e sua controlada é afetado pela variação desses índices.

As aplicações financeiras da Companhia e sua controlada foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estão ajustadas pelo valor das quotas desses fundos em 30 de junho de 2012.

Os pagamentos de energia comprada de Itaipu também são afetados pela volatilidade do fator de risco de taxa de câmbio (dólar norte-americano), mas a controlada Eletropaulo está protegida através do mecanismo da conta de compensação de variações de itens da parcela A/CVA.

### 34.6.3 Risco de preço

#### Revisão Tarifária Periódica 2011 e Reajuste Tarifário 2012

Em 2 de julho de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em Reunião Pública de Diretoria realizada nesta mesma data, homologou o resultado da Terceira Revisão Tarifária Periódica da controlada Eletropaulo.

O índice de revisão tarifária aprovado foi de -9,33% (efeito médio a ser percebido pelo consumidor) e de -5,60% (efeito econômico), retroativo a 4 de julho de 2011 e aplicável a partir de 4 de julho de 2012.

## Notas Explicativas

A tabela abaixo mostra uma comparação entre os valores finais aprovados pela ANEEL e aqueles propostos na Audiência Pública 025/2012:

Componentes da Tarifa	Audiência Pública (Nota Técnica 87/2012 SRE/ANEEL)	Valores Finais (Nota Técnica 213/2012 SRE/ANEEL)
<b>Parcela A</b>	7.742.000	7.708.718
<b>Parcela B</b>		
Base de Remuneração Bruta	10.622.082	10.748.787
Base de Remuneração Líquida	4.376.200	4.445.093
WACC antes dos impostos	11,36%	11,36%
Taxa de Depreciação Regulatória	3,82%	3,82%
Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis	98.323	98.562
Custos Operacionais	1.016.695	1.016.666
Receitas Irrecuperáveis	115.478	112.688
<b>Parcela B antes de outras receitas e ajustes</b>	<b>2.128.281</b>	<b>2.138.368</b>
Outras Receitas	(70.345)	(73.502)
Ajuste em função de investimentos realizados	(22.338)	(36.215)
Índice de Produtividade da Parcela B	(21.644)	(21.597)
<b>Parcela B após outras receitas e ajustes</b>	<b>2.013.954</b>	<b>2.007.054</b>
<b>Perdas não técnicas</b>		
Ponto de partida	13,34%	11,56%
<b>Fator X</b>		
Componente Pd	1,03%	1,03%
Componente T	0%	0%

A ANEEL reduziu o índice regulatório das perdas não técnicas, refletindo a performance de redução de perdas da Companhia no 2º ciclo tarifário e a mudança da empresa referencial utilizada para a definição da trajetória de redução de perdas. Com isso, foi definida uma trajetória de perdas não técnicas referenciadas ao mercado de baixa tensão com redução anual de 1,0 p.p ao ano, partindo de 11,56% (jul/11 a jun/12) e chegando em 8,56% (jul/14 a jun/15).

Adicionalmente, em 3 de julho de 2012, a ANEEL autorizou um reajuste tarifário médio de +5,51% a ser aplicado em sua tarifa a partir de 4 de Julho de 2012 sobre a tarifa homologada em 2 de Julho de 2012.

Esse reajuste é composto pelos seguintes itens:

<b>Reajuste Tarifário 2012</b>		
	Encargos Setoriais	-2,63%
<b>Parcela A</b>	Energia Comprada	6,16%
	Encargos de Transmissão	0,05%
	<b>Parcela A</b>	<b>3,59%</b>
<b>Parcela B</b>		<b>0,86%</b>
<b>Reajuste Base</b>		<b>4,45%</b>
	CVA Total	0,61%
	Custos Financeiros Parcela A	0,55%
	Subsídios Tarifários	-0,10%
<b>Reajuste Total</b>		<b>5,51%</b>

## Notas Explicativas

### Parcela A

A Parcela A foi corrigida em 4,54%, representando 3,59% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- (i) Encargos Setoriais - R\$ 1.545.394, com redução de 14,63%. Destaque para a redução de 48,21% na Conta de Consumo de Combustível - CCC, que totalizou R\$ 345.083, devido a redução do custo unitário decorrente da aprovação do orçamento da CCC para o ano de 2012. Somente a variação desse encargo representou 3,19% de redução no reajuste tarifário deste ano;
- (ii) Energia Comprada - R\$ 5.572.585, com aumento de 12,53%. A variação decorre principalmente do incremento de 14,17% no preço médio ponderado dos leilões de energia contratada para os próximos 12 meses e também pelo aumento da taxa do dólar considerado no Reajuste Tarifário de 2012 de R\$ 2,0348 versus o considerado na revisão tarifária de 2011 de R\$ 1,5870;
- (iii) Encargos de Transmissão - R\$ 1.202.608, com aumento de 0,46%. Os encargos de transmissão refletem as tarifas de uso do sistema de publicadas através da Resolução Homologatória 1316, de 26 de junho de 2012.

### Parcela B

O índice de ajuste da Parcela B foi de 4,11%, que representa uma participação positiva de 0,86% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

1. IGP-M de 5,14%, no período de 12 meses findos em 3 de julho de 2012;
2. Fator X equivalente a 1,03%.

### Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este Reajuste Tarifário totalizam R\$ 111.147, entre os quais destacamos: (i) R\$ 64.092 de CVA; (ii) efeito negativo de R\$ 42.789 da neutralidade dos Encargos Setoriais; (iii) R\$ 103.827 referentes a sobrecontratação de energia.

## Notas Explicativas

A postergação da aplicação da metodologia do 3º ciclo de revisões tarifárias periódicas, calculada pela ANEEL, resultou em um passivo regulatório de R\$ 1.053.058. Este passivo regulatório não foi contemplado no reajuste tarifário de 2012, e será devolvido aos consumidores nos reajustes subsequentes da controlada Eletropaulo de 2013 e 2014.

A tabela abaixo mostra o efeito a ser percebido pelos consumidores das diversas classes de consumo, após aplicação do reajuste sobre o percentual negativo da revisão tarifária. O efeito médio percebido pelos consumidores será de -2,26%.

Classe de Consumo	Índice
Alta Tensão	-3,71%
Baixa Tensão	-1,45%
Média Total	-2,26%

### 34.6.4 Risco de mercado

O *portfólio* de contratos de energia da 2012 consiste nos seguintes componentes: Contratos Bilaterais com AES Tietê e outros pequenos geradores; Contrato de Itaipu e Proinfa; e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's. De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, as distribuidoras devem efetuar contratos regulados de compra de energia somente através de leilões públicos federais, com duração estabelecida pelo próprio MME.

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devam garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e três por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da Distribuidora. Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão de 5 e 3 anos da carga e à expectativa de preços futuros. Tais fatores podem implicar em penalidades por insuficiência de contratação, quando a contratação for inferior a 100%, e em custos não repassáveis às tarifas de fornecimento quando a contratação for superior a 103%. Para mitigação desses riscos, há instrumentos de contratação de energia elétrica previstos pela regulamentação tais como leilões de ajuste, MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits), opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a (i) migração de clientes ao mercado livre, (ii) acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004, e (iii) outras variações de mercado.

## Notas Explicativas

A estratégia de suprimento de energia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 103%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atender todos os clientes cativos. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração e gestão dos riscos de volume e preços, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

Conforme disposto na Portaria MME nº 45, de 9 de março de 2007 e nas regras estabelecidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 305, de 18 de maio de 2008, a eventual exposição no nível de contratação a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada à tarifa da Distribuidora. Este repasse deverá ser concedido, desde que atendidas as condições dispostas na portaria anteriormente mencionada. Adicionalmente, caberá à ANEEL analisar a isenção da aplicação de penalidade por eventual não atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Apesar dos esforços da empresa em investimentos na área, os modelos não conseguem capturá-los na sua totalidade. Os modelos norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a necessidade de ajustes sobre as previsões. Outro fator que impacta fortemente as projeções na área de concessão da controlada Eletropaulo é a mudança de perfil das atividades dos clientes, onde tem ocorrido uma tendência de redução na participação da classe Industrial e aumento nas classes Residencial e Comercial.

### 34.6.5 Risco de aceleração de dívidas

A controlada Eletropaulo tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas *covenants* normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

### 34.6.6 Risco de liquidez

A Companhia e sua controlada adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia e suas controladas bem como a operacionalização e controle destas posições.

## Notas Explicativas

### 34.7 Outros riscos de mercado

#### 34.7.1 Risco de regulação

As atividades da controlada Eletropaulo, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da controlada Eletropaulo.

#### 34.7.2 Risco de volatilidade dos custos da “Parcela A”

O reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado em função dos aumentos dos custos não gerenciáveis denominados de “Parcela A” ocorridos entre o período do reajuste tarifário anual. As Normas Internacionais de Contabilidade e as Normas Contábeis adotadas no Brasil não permitem o registro destes ativos e passivos. Dessa forma, com a adoção das referidas normas, o resultado da controlada Eletropaulo está sujeito a volatilidade decorrente das variações do aumento destes custos entre o período do reajuste tarifário.

### 34.8 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2012 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e a controlada Eletropaulo não possuíam quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

## 35. Informação por Segmento

Os segmentos operacionais da Companhia são internamente organizados principalmente como entidades jurídicas. A Companhia e suas controladas analisam os segmentos/companhias regularmente com base em informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na tomada de suas decisões baseando-se em diversos fatores, sendo a receita e lucro os fatores financeiros predominantes.

A Administração da Companhia não analisa geograficamente informações por segmento.

Os segmentos operacionais da Companhia, tendo em vista a natureza das controladas é dividido da seguinte forma:

- Holding - Companhia;
- Distribuição - Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.; e



**Notas Explicativas**

	<b>Controlada Eletropaulo</b>	
	<b>30.06.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<b>ATIVO</b>		
<b><u>CIRCULANTE</u></b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	59.616
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	294.568	321.543
Outros componentes financeiros da tarifa	71.624	66.291
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>366.192</b>	<b>447.450</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	29.157
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	151.519	134.638
Outros componentes financeiros da tarifa	34.739	140.932
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>186.258</b>	<b>304.727</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>552.450</b>	<b>752.177</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b><u>CIRCULANTE</u></b>		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	233.068	463.241
Outros componentes financeiros da tarifa	61.783	208.702
Postergação Revisão Tarifária 2011 - Fator Xe	36.186	34.503
Impacto de postergação da Revisão Tarifário - nota nº 34.6.3	-	356.843
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>331.037</b>	<b>1.063.289</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	26.804	95.024
Outros componentes financeiros da tarifa	36.942	22.398
Postergação Revisão Tarifária 2011 - Fator Xe	72.372	62.917
Postergação Revisão Tarifária 2011	1.053.058	-
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.189.176</b>	<b>180.339</b>
<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>		
Lucros acumulados	(491.451)	(126.459)
Resultado do Período	(476.312)	(364.992)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>(967.763)</b>	<b>(491.451)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>552.450</b>	<b>752.177</b>
	<b>30.06.2012</b>	<b>30.06.2011</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>(866.155)</b>	<b>(141.786)</b>
<b><u>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</u></b>		
<b>Custo com Energia Elétrica</b>		
Energia elétrica comprada para revenda	304.769	(89.454)
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	86.559	(3.187)
<b>TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>391.328</b>	<b>(92.641)</b>
<b><u>RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA</u></b>		
Receita	14.037	6.177
Variações monetárias/cambiais - líquidas	(15.522)	(16.729)
<b>TOTAL RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA</b>	<b>(1.485)</b>	<b>(10.552)</b>
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>	<b>(476.312)</b>	<b>(244.979)</b>

## Notas Explicativas

<b>Controlada Eletropaulo</b>			
<b>30.06.2012</b>			
<b>CVA</b>			
	<b>Período após 4.6.2011 até 4.6.2012</b>	<b>Período após 4.6.2012 até 4.6.2013</b>	<b>TOTAL</b>
<b><u>ATIVO</u></b>			
<b><u>CIRCULANTE</u></b>			
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	26.040	-	26.040
Energia Itaipu - custo/variação cambial	32.565	-	32.565
Transporte de energia - Itaipu	51	-	51
Transporte de energia pela rede básica	4.109	-	4.109
Compra de energia elétrica	205.987	-	205.987
Proinfra	25.816	-	25.816
Outros componentes financeiros	867	-	867
Descontos Água/Esgoto/Saneam. - Despacho nº 3629/11.	4.144	-	4.144
Sobrecontratação Energia - RN ANEEL 305/2008	66.613	-	66.613
<b>Subtotal</b>	<b>366.192</b>	<b>-</b>	<b>366.192</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>			
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	8.706	8.706
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	6.244	6.244
Compra de energia elétrica	-	136.569	136.569
Outros componentes financeiros	-	7.514	7.514
Reserva Global de Reversão RGR	-	27.225	27.225
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>186.258</b>	<b>186.258</b>
<b>Total</b>	<b>366.192</b>	<b>186.258</b>	<b>552.450</b>
<b><u>PASSIVO</u></b>			
<b><u>CIRCULANTE</u></b>			
Conta de Consumo de Combustível - CCC	(4.511)	-	(4.511)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	(217.407)	-	(217.407)
Encargos do serviço do sistema - ESS	(11.150)	-	(11.150)
Outros componentes financeiros	(4.274)	-	(4.274)
Postergação Revisão Tarifária 2011 - Fator Xe	(36.186)	-	(36.186)
Efeito Neutralidade	(42.789)	-	(42.789)
Reserva Global de Reversão RGR	(14.720)	-	(14.720)
<b>Subtotal</b>	<b>(331.037)</b>	<b>-</b>	<b>(331.037)</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>			
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	(9.800)	(9.800)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	(15.587)	(15.587)
Transporte de energia pela rede básica	-	(1.417)	(1.417)
Sobrecontratação Energia - RN ANEEL 305/2008	-	(19.012)	(19.012)
Postergação Revisão Tarifária 2011 - Fator Xe	(72.372)	-	(72.372)
Reserva Global de Reversão RGR	-	(17.930)	(17.930)
Postergação Revisão Tarifária 2011	(1.053.058)	-	(1.053.058)
<b>Subtotal</b>	<b>(1.125.430)</b>	<b>(63.746)</b>	<b>(1.189.176)</b>
<b>Total</b>	<b>(1.456.467)</b>	<b>(63.746)</b>	<b>(1.520.213)</b>
<b>Total Geral - Líquido</b>	<b>(1.090.275)</b>	<b>122.512</b>	<b>(967.763)</b>

### 37. Compromissos

O principal insumo da controlada Eletropaulo é a energia elétrica, e a sua contratação ocorre, essencialmente, através de leilões públicos regulamentados pela ANEEL.

## Notas Explicativas

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico instituiu a contratação de energia por meio de leilões em um esforço para reestruturar o Setor de Energia Elétrica a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas por meio de processos competitivos de leilões públicos de energia.

Em 30 de junho de 2012, a controlada Eletropaulo possuía três tipos básicos de acordos de fornecimento: (i) quotas de compra de energia de Itaipu, que se estendem até 2027, (ii) quotas de suprimento de energia de projetos do Proinfa; (iii) acordos bilaterais (curto e longo prazo) com geradoras particulares, inclusive a coligada Tietê; e (iv) compras através de Leilão (nota nº 28).

As obrigações de compra da controlada Eletropaulo com Itaipu são vinculadas ao Dólar e, portanto, a controladora Eletropaulo está exposta ao risco das taxas de câmbio em caso de valorização do Dólar frente ao Real (nota nº 28).

Adicionalmente, a controlada Eletropaulo incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL (nota nº 28).

A controlada Eletropaulo também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Consumo de Combustível - CCC, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Reserva Global de Reversão – RGR e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL (nota nº 28).

### **38. Operação Descontinuada**

Como parte da transação de venda da AES Com Rio pela AES Elpa para a Companhia Brasileira de Energia, os acionistas da AES Elpa aprovaram, por unanimidade, em assembléia geral extraordinária realizada em 26 de julho de 2011, a redução do capital social da AES Elpa (“Redução de Capital”). O investimento na AES Com Rio foi utilizado para pagamento da redução de capital.

Em 31 de outubro de 2011, a controladora Brasileira concluiu a venda, para a TIM Celular S.A. (“TIM”), das ações de emissão da AES Com Rio, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Quotas celebrado entre Brasileira e TIM em 8 de julho de 2011.

Desta forma, nas informações contábeis da Companhia, os saldos referentes a AES Com Rio foram reclassificados para operações descontinuadas para o período findo em 30 de junho 2011 nas demonstrações dos resultado, fluxo de caixa e valor adicionado.

## Notas Explicativas

O resultado da AES Com Rio do semestre em 30 de junho de 2011 é apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	1.4.2011 a 30.6.2011	1.1.2011 a 30.6.2011	1.4.2011 a 30.6.2011	1.1.2011 a 30.6.2011
<b>Receita Líquida</b>	-	-	<b>29.661</b>	<b>52.811</b>
Pessoal	-	-	(2.989)	(6.205)
Entidade de previdência privada	-	-	(100)	(100)
Serviços de terceiros	-	-	(3.729)	(6.770)
Material	-	-	(550)	(1.024)
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	154	154
Provisão/Reversão para litígios e contingências	-	-	12	12
Depreciação e amortização	-	-	(3.116)	(6.055)
Outras receitas e custos	-	-	(1.822)	(3.998)
Total das despesas	-	-	<b>(12.140)</b>	<b>(23.986)</b>
Resultado de Participações Societárias	11.955	19.736	-	-
<b>Lucro Bruto</b>	<b>11.955</b>	<b>19.736</b>	<b>17.521</b>	<b>28.825</b>
<b>Receita (Despesa) Financeira</b>				
Receita	-	-	658	1.206
Despesa	-	-	(79)	(138)
Variações monetárias/cambiais	-	-	6	7
Total Resultado Financeiro	-	-	<b>585</b>	<b>1.075</b>
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>11.955</b>	<b>19.736</b>	<b>18.106</b>	<b>29.900</b>
Contribuição social	-	-	(1.559)	(2.589)
Imposto de renda	-	-	(4.326)	(7.181)
Contribuição social diferida	-	-	(70)	(104)
Imposto de renda diferido	-	-	(196)	(290)
	<b>11.955</b>	<b>19.736</b>	<b>11.955</b>	<b>19.736</b>

Os fluxos de caixa líquido incorridos pela AES Com Rio são:

	<b>30.06.2012</b>
Atividades operacionais	21.761
Atividades de investimento	(18.099)
Atividade de financiamento	(5.181)

O total de pagamento de imposto de renda e contribuição social para o período findo em 30 de junho de 2011 é R\$ 9.127.

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011 a Companhia e suas controladas efetuaram o pagamento de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 177.983 e R\$ 197.275, respectivamente.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao Conselho de Administração e Acionistas da  
AES Elpa S.A.  
Barueri - SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da AES Elpa S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais referidas no primeiro parágrafo não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais referidas no primeiro parágrafo não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes as demonstrações financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e às informações contábeis intermediárias relativas ao período findo em 30 de junho de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados de 24 de fevereiro de 2012 e 02 de agosto de 2011, que não contiveram qualquer modificação.

São Paulo, 24 de julho de 2012

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho  
Contador CRC 1SP141128/O-2

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

Os Diretores da AES ELPA S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.917.706/0001-30, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteadado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 1, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao segundo trimestre do exercício social de 2012.  
Barueri, 24 de julho de 2012.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares  
Diretor Presidente e Relações com  
Investidores

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira  
Diretor

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

### **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

Os Diretores da AES ELPA S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.917.706/0001-30, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteadado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 1, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao segundo trimestre do exercício social de 2012.  
Barueri, 24 de julho de 2012.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares  
Diretor Presidente e Relações com  
Investidores

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira  
Diretor